



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



## ÍNDICE

Mensagem Do Presidente .....	1
I. Nota Introdutória.....	3
li. Enquadramento Macroeconómico.....	6
lii. Atividade Institucional.....	8
3.1. Visão Estratégica Central .....	8
3.2. Linhas Estratégicas De Desenvolvimento (Led’S).....	8
3.2.1. Led 1: “Emprego E Desenvolvimento” .....	9
3.2.1.1. Implementação De Medidas Geradoras De Emprego .....	9
3.2.1.1.1. Investir Nos Recursos Humanos .....	9
3.2.1.1.2. Realização E Dinamização De Projetos Que Potenciem O Desenvolvimento .....	10
3.2.1.1.2.1. Viveiro De Empresas.....	10
3.2.1.1.2.2. Valorização Da Rede Viária .....	11
3.2.1.1.2.3. Estaleiros Municipais.....	12
3.2.1.1.2.4. Valorização E Requalificação Do Parque De Feiras .....	13
3.2.1.1.2.5. Áreas De Acolhimento Empresarial.....	14
3.2.1.3.1. Aquisição E Beneficiação De Imóveis .....	15
3.2.1.3.2. Edifício Dos Paços Do Concelho.....	16
3.2.1.3.3. Dinamização Da Oferta Turística .....	17
3.2.1.3.4. Melhoria Da Qualificação E Da Educação .....	18
3.2.1.3.5. Transportes Escolares .....	19
3.2.1.3.6. Valorização De Equipamentos E Iniciativas Culturais .....	20
3.2.1.3.7. Valorização De Equipamentos Desportivos .....	21
3.2.2. Led 2: “Aprofundar A Democracia” .....	22
3.2.2.1. Valorização Da Cidadania.....	22
3.2.2.1.1. Orçamento Participativo .....	22
3.2.2.1.2. Defesa Do Consumidor .....	23
3.2.2.2. Promoção Da Cooperação Com As Freguesias.....	24
3.2.2.2.1. Descentralização De Competências E Cooperação Com As Freguesias .....	24
3.2.2.3. Articulação De Projetos Com Associações E Coletividades .....	25
3.2.2.3.1. Parcerias Com A Cimac E Os Municípios Do Alentejo Central .....	25
3.2.2.3.2. Apoio Ao Associativismo .....	26
3.2.2.3.3. Proteção Civil .....	27
3.2.3. Led 3: “Justiça Social” .....	28
3.2.3.1. Promoção Da Justiça Social .....	28
3.2.3.1.1. Projetos Na Área Da Saúde .....	28
3.2.3.1.2. Apoio A Estudantes.....	29
3.2.3.2. Promoção Do Bem-Estar .....	30

3.2.3.2.1. Investir Nos Espaços Verdes .....	30
3.2.3.2.2. Programa Juventude Em Movimento .....	31
3.2.3.2.3. Valorização De Equipamentos De Recreio E De Lazer .....	32
3.2.3.3. Valorização De Políticas De Inclusão Social .....	33
3.2.3.3.1. Projetos De Inclusão Social .....	33
3.2.4. Led 4: “Planeamento, Ecologia E Ambiente” .....	34
3.2.4.1. Criação De Instrumentos De Planeamento E De Ordenamento Do Território .....	35
3.2.4.1.1. Planos Municipais De Ordenamento Do Território .....	35
3.2.4.1.2. Habitação Local E Habitação Social .....	35
3.2.4.1.3. Reabilitação Urbana De Borba .....	37
3.2.4.2. Articulação De Ações E Medidas Com As Concessionárias .....	38
3.2.4.2.1. Articulação De Ações E Medidas Em Parceria Com As Concessionárias .....	38
3.2.4.3. Implementação De Boas Práticas .....	39
3.2.4.3.1. Remodelação De Redes (Aa/Ar) E Requalificação De Equipamentos (Ru) .....	39
3.2.4.3.3. Parque De Máquinas E Viaturas E Funcionamento Dos Serviços .....	42
3.2.4.3.4. Infraestruturas, Iluminação E Eficiência Energética .....	43
3.2.4.3.5. Centro De Recolha Oficial De Animais De Companhia .....	44
iv. Análise Financeira .....	46
4.1. Balanço .....	46
4.1.1. Evolução Do Ativo .....	46
4.1.2. Evolução Do Património Líquido .....	47
4.1.3. Evolução Do Passivo .....	48
4.2. Demonstração De Resultados .....	49
4.2.1. Evolução Dos Rendimentos .....	49
4.2.2. Evolução Dos Gastos .....	50
4.2.2. Evolução Dos Resultados .....	51
4.3. Demonstração De Fluxos De Caixa .....	52
4.4. Indicadores Económico-Financeiros .....	53
4.4.1. Liquidez Geral .....	54
4.4.2. Liquidez Reduzida .....	54
4.4.3. Liquidez Imediata .....	55
4.4.4. Rentabilidade Operacional Do Volume De Negócios (Rovn) .....	55
4.4.5. Rentabilidade Do Património Líquido (Rpl) .....	56
4.4.6. Rentabilidade Operacional Do Ativo (Roa) .....	56
4.4.7. Autonomia Financeira .....	57
4.4.8. Solvabilidade .....	57
4.4.9. Endividamento .....	58
4.5. Endividamento Municipal .....	59
4.5.1. Evolução Do Endividamento .....	59
4.5.2. Endividamento Municipal Por Maturidade .....	60

4.5.3. Dívida Global.....	60
V. Análise Orçamental.....	62
5.1. Execução Da Receita .....	62
5.1.1. Impostos Diretos.....	63
5.1.2. Taxas, Multas E Outras Penalidades.....	64
Rendimentos De Propriedade .....	65
5.1.3. Transferências Correntes .....	66
5.1.4. Venda De Bens E Serviços Correntes.....	68
5.1.5. Outras Receitas Correntes .....	70
Venda De Bens De Investimento .....	79
5.1.6. Transferências De Capital .....	80
5.1.7. Outras Receitas De Capital .....	81
5.1.8. Outras Receitas .....	81
5.2. Execução Da Despesa .....	81
5.2.1. Despesas Com Pessoal .....	82
5.2.2. Aquisição De Bens E Serviços .....	83
5.2.3. Juros E Outros Encargos.....	84
5.2.4. Transferências Correntes .....	84
5.2.5. Outras Despesas Correntes .....	85
5.2.6. Aquisição De Bens De Capital.....	85
5.2.7. Ativos Financeiros .....	86
5.2.8. Passivos Financeiros.....	86
5.3. Equilíbrio Orçamental .....	87
5.4. Grandes Opções Do Plano (Gop).....	88
5.5. Plano Plurianual De Investimentos (Ppi) .....	90
5.6. Atividades Mais Relevantes (Amr).....	91
5.7. Indicadores Orçamentais.....	92
Vi. Lei Dos Compromissos E Dos Pagamentos Em Atraso (Lcpa).....	93
Vii. Contabilidade De Gestão .....	95
Viii. Factos Ocorridos Após O Termo Do Exercício .....	98
Ix. Proposta De Aplicação De Resultados .....	99

**ÍNDICE DE MAPAS**

Mapa 1 - Indicadores Estatísticos - Conjuntura Nacional (2020-2025) .....	7
Mapa 2 - Investimento nos Recursos Humanos – 2025 .....	10
Mapa 3 - Viveiro de Empresas – 2025.....	11
Mapa 4 - Valorização da rede viária - 2025 .....	11
Mapa 5 - Beneficiação dos Estaleiros Municipais – 2025 .....	12
Mapa 6 - Valorização e requalificação do Parque de Feiras – 2025.....	13
Mapa 7 - Aquisição e beneficiação de imóveis - 2025 .....	15
Mapa 8 - Edifício dos Paços do Concelho – 2025 .....	16
Mapa 9 - Dinamização da oferta turística – 2025.....	17
Mapa 10 - Melhoria da qualificação e da educação – 2025.....	18
Mapa 11 - Transportes Escolares – 2025 .....	19
Mapa 12 - Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais – 2025.....	20
Mapa 13 - Valorização de equipamentos desportivos – 2025 .....	21
Mapa 14 - Orçamento Participativo – 2025.....	22
Mapa 15 - Defesa do Consumidor – 2025 .....	23
Mapa 16 - Descentralização de competências e cooperação com as Freguesias – 2025.....	24
Mapa 17 - Parcerias com a CIMAC e os municípios do Alentejo Central - 2025 .....	25
Mapa 18 - Apoio ao Associativismo – 2025 .....	26
Mapa 19 - Proteção Civil – 2025.....	27
Mapa 20 - Projetos na área da Saúde – 2025 .....	28
Mapa 21 - Apoio a Estudantes – 2025.....	29
Mapa 22 - Investir nos Espaços Verdes – 2025.....	30
Mapa 23 - Programa Juventude em Movimento – 2025 .....	31
Mapa 24 - Valorização de Equipamentos de Recreio e de Lazer - 2025 .....	32
Mapa 25 - Projetos de Inclusão Social – 2025.....	33
Mapa 26 - Planos Municipais de Ordenamento do Território – 2025 .....	35
Mapa 27 - Plano Estratégico de Habitação Local – 2025 .....	36
Mapa 28 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba – 2025.....	37
Mapa 29 - Articulação de Ações e Medidas em parceria com as Concessionárias - 2025.....	38
Mapa 30 - Remodelação das Redes (AA/AR) e Requalificação de Equipamentos (RU) – 2025.....	40
Mapa 31 - Programa Sapadores Florestais – 2025 .....	41
Mapa 32 - Parque de Máquinas e Viaturas e Funcionamento dos Serviços – 2025.....	42
Mapa 33 - Infraestruturas, Iluminação e Eficiência Energética – 2025 .....	43
Mapa 34 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – 2025 .....	44
Mapa 35 - Ativos e Passivos Financeiros – 2025 .....	45
Mapa 36 - Evolução do Ativo - 2024/2025 .....	46
Mapa 37 - Evolução do Património Líquido - 2024/2025 .....	47
Mapa 38 - Evolução do Passivo - 2024/2025 .....	48
Mapa 39 - Evolução dos Rendimentos - 2024/2025 .....	49
Mapa 40 - Evolução dos Gastos - 2024/2025.....	50
Mapa 41 - Evolução dos Resultados - 2024/2025 .....	51
Mapa 42 - Resumo de Demonstração de Fluxos de Caixa - 2024/2025.....	52
Mapa 43 - Indicadores económico-financeiros - 2021/2025 .....	53
Mapa 44 - Evolução do Endividamento - 2024/2025 .....	59
Mapa 45 - Endividamento Municipal por maturidade - 2024/2025 .....	60
Mapa 46 - Dívida Global - 2024/2025 .....	61
Mapa 47 - Execução da Receita – 2025 .....	62
Mapa 48 - Impostos diretos - 2024/2025 .....	63
Mapa 49 - Taxas, multas e outras penalidades - 2024/2025 .....	64
Mapa 50 - Rendimentos de propriedade - 2024/2025.....	65
Mapa 51 - Transferências correntes - 2024/2025 .....	66

Mapa 52 - Venda de bens e serviços correntes - 2024/2025.....	69
Mapa 53 - Outras receitas correntes - 2024/2025.....	70
Mapa 54 - Venda de bens de investimento - 2024/2025.....	79
Mapa 55 - Transferências de capital - 2024/2025.....	80
Mapa 56 - Outras receitas de capital - 2024/2025.....	81
Mapa 57 - Execução da Despesa - 2024/2025.....	81
Mapa 58 - Despesas com pessoal - 2024/2025.....	82
Mapa 59 - Aquisição de bens e serviços correntes - 2024/2025.....	83
Mapa 60 - Juros e outros encargos - 2024/2025.....	84
Mapa 61 - Transferências correntes - 2024/2025.....	85
Mapa 62 - Outras despesas correntes - 2024/2025.....	85
Mapa 63 - Aquisição de bens de capital - 2024/2025.....	86
Mapa 64 - Passivos financeiros - 2024/2025.....	86
Mapa 65 - Equilíbrio orçamental – 2025.....	87
Mapa 66 - Previsão vs. Execução das GOP – 2025.....	88
Mapa 67 - Execução do PPI - 2025.....	90
Mapa 68 - Execução das AMR - 2025.....	91
Mapa 69 - Indicadores orçamentais - 2024/2025.....	92
Mapa 70 - Redução dos pagamentos em atraso – 2025.....	94
Mapa 71 - Execução das GOP por função 2024/2025.....	97

**ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Liquidez Geral - 2020/2025.....	54
Gráfico 2 - Liquidez Reduzida - 2020/2025.....	54
Gráfico 3 - Liquidez Imediata - 2020/2025.....	55
Gráfico 4 - Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios - 2020/2025.....	55
Gráfico 5 - Rentabilidade do Património Líquido - 2020/2025.....	56
Gráfico 6 - Rentabilidade Operacional do Ativo - 2020/2025.....	56
Gráfico 7 - Autonomia Financeira - 2020/2025.....	57
Gráfico 8 - Solvabilidade - 2020/2025.....	57
Gráfico 9 - Endividamento - 2021/2025.....	58
Gráfico 10 - Repartição da Receita – 2025 .....	63
Gráfico 11 - Repartição da Despesa – 2025.....	82
Gráfico 12 - Grandes Opções do Plano – 2025.....	88
Gráfico 13 - Previsão vs. Execução das GOP – 2025.....	89
Gráfico 14 - Fundos Disponíveis – 2025.....	93

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O “Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas de 2025” apresentam o ponto de situação do Município de Borba ao nível da execução orçamental, financeira e patrimonial, constituindo igualmente um momento de análise crítica e de definição de prioridades para o futuro do concelho.

Os indicadores financeiros evidenciam uma situação de relativo equilíbrio, nomeadamente ao nível do endividamento municipal. Importa, contudo, contextualizar estes resultados: a evolução favorável destes indicadores decorre, em grande medida, de um reduzido nível de investimento ao longo dos últimos anos, o que limitou a capacidade de resposta a necessidades estruturais do concelho e adiou intervenções essenciais ao seu desenvolvimento.

Neste contexto, o momento atual exige uma inversão clara desta trajetória, assumindo o investimento como condição indispensável para o crescimento económico, a coesão social e a valorização do território.

No domínio do Emprego e Desenvolvimento, será fundamental dinamizar a economia local através da captação de investimento privado, da criação de condições para a instalação de empresas e da valorização dos recursos endógenos. A utilização plena das infraestruturas existentes e a criação de novas oportunidades de negócio deverão constituir prioridades, com impacto direto na criação de emprego e na fixação de população. A área da habitação assume igualmente caráter urgente, sendo necessário avançar de forma concreta e eficaz na implementação de soluções que aumentem a oferta habitacional e respondam às dificuldades sentidas pela população.

Ao nível do Aprofundamento da Democracia, importa reforçar os mecanismos de participação e transparência, promovendo uma maior proximidade entre o Município, as Freguesias, as associações e os cidadãos. Mais do que manter modelos existentes, será necessário torná-los mais eficazes e orientados para a resolução concreta dos problemas locais.

No pilar da Justiça Social, os desafios demográficos, o envelhecimento da população e as desigualdades sociais exigem políticas públicas mais robustas e integradas. O investimento nas áreas da educação, da ação social e do apoio às famílias será determinante para garantir melhores condições de vida e para contrariar tendências de despovoamento.

No que respeita ao Planeamento, Ecologia e Ambiente, será essencial concretizar os instrumentos de ordenamento do território, assegurando que os mesmos se traduzem em desenvolvimento efetivo. Destaca-se, em particular, a necessidade de reforçar o investimento nas redes de abastecimento de água e saneamento, na eficiência energética e na sustentabilidade ambiental, áreas onde subsistem carências significativas que exigem intervenção prioritária.

Paralelamente, o novo quadro comunitário, designadamente o Portugal 2030, representa uma oportunidade que o Município não poderá desperdiçar. A capacidade de apresentar e executar projetos estruturantes será determinante para recuperar o atraso de investimento verificado e para colocar Borba numa trajetória de crescimento sustentado.

O futuro do concelho depende de uma aposta clara no investimento público estratégico, capaz de alavancar o desenvolvimento económico, melhorar os serviços prestados à população e reforçar a atratividade do território. Este será o desafio central dos próximos anos: transformar a estabilidade financeira alcançada em progresso efetivo para Borba e para os seus cidadãos.

Borba, 15 de abril de 2026

O Presidente da Câmara Municipal



(Pedro Duarte Grego Esteves)

## I. NOTA INTRODUTÓRIA

A presente prestação de contas encontra-se suportada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), visando este promover a harmonização contabilística, fomentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública. Assim, os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2025, foram elaborados em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, em consonância com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central, de acordo com os seguintes normativos: – Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. – Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de Enquadramento Orçamental (LEO); – Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); – Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC); – Resolução n.º 4/2024 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2025 e gerências partidas de 2026.

A reforma da contabilidade e contas públicas surgiu no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP<sup>1</sup>) e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO<sup>2</sup>) abriram caminho, com vista à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um importante modelo de normalização contabilística, implicando alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, pelo que só no ano de 2020 se avançou efetivamente com a sua aplicação.

---

**1 SNC-AP**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

**2 LEO**, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro, pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto, pela Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto e pela 10-B/2022, de 28 de abril.

Os documentos de prestação de contas são, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 76.º do RFALEI<sup>3</sup>, apreciados pelo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, devendo, para o efeito, ser acompanhados, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no art.º 77.º do RFALEI.

Desta forma, **documentos de prestação de contas 2025**, em conformidade com o disposto na alínea i)<sup>4</sup> do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro<sup>5</sup>, e perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, em consonância com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido regime, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central, estão elaborados segundo as regras e princípios definidos no SNC-AP [nomeadamente a Estrutura Conceptual (EC<sup>6</sup>), a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27<sup>7</sup>), a Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26<sup>8</sup>) e a Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1<sup>9</sup>)], e apresentados em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas<sup>10</sup>, pelo que os referidos documentos contemplam:

- O **Relatório de Gestão 2025**, em conformidade com a NCP 27, que consiste na narrativa das atividades do Município, em consonância com a sua missão e objetivos nos mais diversos domínios. No mesmo são relatadas as questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando-se a respetiva influência sobre as mesmas, onde se inclui a explicação sobre o apuramento do resultado líquido do exercício e respetiva proposta de aplicação do mesmo;
- As **Demonstrações Orçamentais 2025**, em conformidade com a NCP 26, que se traduzem numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Município, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos, contendo como principais demonstrações orçamentais de relato: Demonstração de desempenho orçamental, Demonstração de execução orçamental da receita, Demonstração de execução orçamental da despesa, Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e Anexo às demonstrações orçamentais;

**3 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, pela Lei n.º 29/2023, de 4 de julho e pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro.

**4 RJAL** - "Artigo 33.º - Competências materiais: 1- Compete à câmara municipal: [...] i) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal"

**5 Regime Jurídico das Autarquias Locais**, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (com Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro), alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro e pela Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro, pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro.

**6 EC** - Estrutura conceptual da informação financeira pública.

**7 NCP 27** - Contabilidade de Gestão.

**8 NCP 26** - Contabilidade e Relato Orçamental.

**9 NCP 1** - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

**10** Nos termos da **Instrução n.º 1/2019** - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 46, de 6 de março de 2020 e da **Resolução n.º 4/2024** do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2025 e gerências partidas de 2026, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 248, de 23 de dezembro de 2025.

- As **Demonstrações Financeiras 2025**, em conformidade com a NCP 1, dando a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do Município, com base, em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa, contendo como principais demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstração de fluxos de caixa e Anexo às demonstrações financeiras;
- Os **Outros Documento 2025**, integrando os Mapas modelo para o Tribunal de Contas, as Certidões de Receita, Responsabilidades de Crédito, Certidões e Extratos Bancários, Normas de Controlo Interno e de Execução do Orçamento e as Declarações e Mapas no âmbito da LCPA<sup>11</sup>;
- O **Inventário 2025** dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, em conformidade com a NCP 10, que deverá ser alvo de avaliação e aprovação.

---

**11 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

## II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com o Boletim Trimestral da Economia Portuguesa (BTEP) de janeiro de 2026, elaborado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e pela Direção-Geral da Economia (DGE), apresenta-se uma síntese da conjuntura económica referente ao ano de 2025.

Segundo o BTEP verifica-se que o panorama internacional foi condicionado pela adoção de políticas comerciais protecionistas por parte dos EUA, nomeadamente através do agravamento de tarifas alfandegárias, gerando uma antecipação das trocas comerciais no início do ano. Apesar deste cenário, a atividade económica mundial demonstrou resiliência, com o PIB do G20 a registar um crescimento de 3,1% nos primeiros três trimestres de 2025, impulsionado maioritariamente pelos EUA e de países emergentes, como a China, apesar de se ter verificado um abrandamento gradual na atividade empresarial norte-americana no final do ano, com o índice compósito PMI a situar-se nos 53 pontos em dezembro. Paralelamente, os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente continuaram a influenciar o panorama geopolítico, embora o preço do petróleo (Brent) tenha registado uma descida para uma média de 68 dólares por barril em 2025, num contexto de excesso de oferta global.

Na área do euro, verificou-se uma desaceleração do crescimento comparativamente ao período homólogo de 1,4% no terceiro trimestre de 2025, embora o indicador de sentimento económico tenha registado uma melhoria no período final do ano, fixando-se em 96,9 no quarto trimestre, o valor mais elevado desde meados de 2023, embora tenha terminado o ano com uma ligeira redução motivada pela quebra na confiança dos consumidores e do comércio a retalho, particularmente na Alemanha, França e Itália.

A inflação na área do euro manteve uma trajetória descendente, fixando-se em 2,0% em dezembro de 2025, valor que coincide com a meta de longo prazo do Banco Central Europeu. No conjunto do ano, a taxa de inflação média na região foi de 2,1%, enquanto a inflação subjacente recuou para 2,4%. Em resposta a esta dinâmica, a política monetária tornou-se menos restritiva, com o Banco Central Europeu a reduzir as taxas de juro diretoras em 100 pontos base ao longo do primeiro semestre, fixando a taxa de facilidade permanente de depósito em 2% no final de 2025.

Relativamente às previsões da Comissão Europeia para a União Europeia, os dados de outono apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto de 0,9% em 2025 e uma aceleração para 1,5% em 2026. Para a área do euro, projeta-se um crescimento de 0,8% em 2025 e de 1,3% em 2026. No que concerne ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego na União Europeia atingiu um mínimo histórico de 5,9% em outubro de 2025, prevendo-se que se situe em 6,1% no conjunto do ano e desça para 5,9% em 2026. No domínio das finanças públicas, estima-se que o défice das administrações públicas da União Europeia diminua para 3,1% do Produto Interno Bruto em 2025 e para 3,0% em 2026. Contudo, o rácio da dívida pública face ao Produto Interno Bruto na União Europeia deverá aumentar para 83,4% em 2026, refletindo o impacto dos défices primários e o aumento dos encargos com juros.

A economia portuguesa registou um crescimento de 1,9% nos primeiros três trimestres de 2025, impulsionada pelo dinamismo da procura interna, que contribuiu com 3,9 pontos percentuais para este desempenho. O consumo privado acelerou para 3,8% no mesmo período, enquanto o investimento apresentou uma taxa de crescimento de 6,2%. No mercado de trabalho nacional, a taxa de desemprego fixou-se em 5,8% no terceiro trimestre, num contexto de aumento da população ativa e empregada. A inflação em Portugal registou um valor médio anual de 2,3% em 2025, verificando-se uma desaceleração para 2,2% no último trimestre do ano.

Ao nível das contas públicas, o setor das Administrações Públicas apresentou um excedente orçamental de 2,1% do PIB até setembro, num período em que a dívida pública se situou em 97,6% do PIB. Refira-se ainda que Portugal não foi sujeito a monitorização adicional por parte da Comissão Europeia no âmbito do Relatório do Mecanismo de Alerta de 2025.

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos, que servem como referência, para o período 2020 a 2025, e que assumem dados retirados da conjuntura nacional, sob a responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), datada de janeiro de 2026.

**Mapa 1 - Indicadores Estatísticos - Conjuntura Nacional (2020-2025)**

INDICADORES	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Produto Interno Bruto	2,70%	-8,30%	5,50%	6,70%	2,20%	1,90%
Consumo Privado	3,30%	-7,00%	4,70%	5,70%	1,10%	3,20%
Consumo Público	2,10%	0,30%	4,60%	2,40%	2,00%	1,20%
Procura Interna	3,10%	-5,40%	5,60%	4,50%	1,00%	3,10%
Formação Bruta Capital Fixo (Investimento)	5,40%	-2,20%	8,70%	2,70%	1,30%	2,50%
Exportações	4,10%	-18,60%	13,40%	16,70%	4,30%	1,20%
Importações	4,90%	-11,80%	13,20%	11,00%	1,80%	4,30%
Índice Harmonizado de preços no consumidor	0,30%	-0,10%	0,90%	8,10%	5,30%	2,20%
Taxa de desemprego	6,60%	7,00%	6,60%	6,00%	6,70%	6,10%

### III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL

#### 3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As “Opções do Plano 2025-2028 e Orçamento Municipal 2025” basearam-se na estratégia de desenvolvimento local prosseguida pelo Município, apostando na implementação de medidas com vista a elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do Concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente. Para o efeito, foi definida a seguinte visão estratégica central: **“Borba faz bem!”**.

#### 3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED’S)

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do Concelho, foi assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento:

- 3.2.1. Emprego e desenvolvimento**, que assumiu como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.
- 3.2.2. Aprofundar a democracia**, que assumiu como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as freguesias e a articulação com as associações e coletividades do Concelho.
- 3.2.3. Justiça social**, que assumiu como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.
- 3.2.4. Planeamento, ecologia e ambiente**, que assumiu como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o Concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Em termos de execução física, em todas as linhas estratégicas de desenvolvimento, tornou-se imperativo iniciar alguns projetos no ano de 2025, enquanto outros foram equacionados para virem a ser desenvolvidos ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do Portugal 2030<sup>12</sup>, do PRR<sup>13</sup> e outros, garantindo o respeito pela LCPA<sup>14</sup> e demais legislação aplicável.

### **3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”**

O Município assumiu o propósito estratégico de implementar de medidas geradoras de emprego e dinamizar projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho. Este desígnio estratégico convergiu para três dimensões fundamentais:

- 3.2.1.1 Implementação de medidas geradoras de emprego;
- 3.2.1.2 Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente, e através de parcerias;
- 3.2.1.3 Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### **3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO**

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o Município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, sendo necessário encetar medidas, em parceria, com outras entidades, competentes, com experiência e condições para execução da mesma.

##### **3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS**

A aposta no investimento em recursos humanos próprios para o desenvolvimento de respostas necessárias aos Municípios representou um custo expressivo, que se entende assumir como investimento no desenvolvimento do Concelho, uma vez que as despesas com pessoal, no orçamento de 2025 se inscreveram em cerca de 3,6 milhões de euros, tendo ao longo do ano sido corrigidas para cerca de 4,3 milhões de euros, com uma taxa de execução de quase 100%.

Importa ainda acrescentar que algumas destas despesas apresentam contrapartidas financeiras, nomeadamente, as relacionadas com pessoal descentralizado em matéria de Educação, Saúde e Ação Social, bem, como com emprego apoiado, com contratos emprego-inserção e com pessoal afeto a projetos cofinanciados. Assim, em 2025, o Município executou a quase totalidade da verba inscrita, na ordem dos 4,3 milhões de EUR previstos, conforme mapa seguinte.

---

**12 Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia**, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2022 e 2027, do montante global de 23 mil M€. A programação é feita em torno de 5 objetivos estratégicos da UE: uma Europa + inteligente, + verde, + conectada, + social e + próxima dos cidadãos e implementadas através de 12 programas: 4 temáticos (Pessoas 2030, COMPETE 2030, Sustentável 2030 e Mar 2030); 5 Regionais (Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030); 2 das Regiões Autónomas (Açores 2030 e Madeira 2030) e o Programa de Assistência Técnica (PAT 2030).

**13 Plano de Recuperação e Resiliência**, que se afirma como um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

**14 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

**Mapa 2 - Investimento nos Recursos Humanos – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Trabalhadores do Município	2018	A	3	3 269 640 €	3 982 385 €	3 968 553 €	100%
Outras situações - Pessoal	2018	A	4	30 500 €	39 161 €	39 161 €	100%
Órgãos da Autarquia	2018	A	2	267 250 €	251 366 €	250 184 €	100%
Assembleia Municipal	2018	A	1	22 250 €	23 632 €	21 675 €	92%
<b>Total</b>				<b>3 589 640 €</b>	<b>4 296 544 €</b>	<b>4 279 573 €</b>	<b>100%</b>

### 3.2.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO

#### 3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS

Submeteu o Município, em março de 2020, uma candidatura<sup>15</sup>, ao POR Alentejo<sup>16</sup> 2021, no Eixo Prioritário de Emprego e Valorização Económica do Recurso Endógeno, inserida no Plano Estratégico dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com investimento inicial estimado de 100.158 EUR, com cofinanciamento FEDER de 85%, com vista à criação, em Borba, de um Viveiro de Empresas. Em 2024 foi reajustada a operação, com vista a atualizar as suas características, de acordo com as novas condições de mercado (atualização dos valores das matérias primas) e novas necessidades (climatização, fibra ótica e estores para melhor isolamento solar), tendo-se optado por ajustar o investimento para pouco mais de 200.000 EUR, garantido o cofinanciamento de 85% por parte do Programa Operacional.

O projeto tem como objetivos o desenvolvimento económico concelhio, o apoio aos jovens e às empresas, procurando dar resposta à necessidade de promoção do empreendedorismo e de iniciativas empresariais.

O Viveiro com espaço de *Cowork*<sup>17</sup>, constitui-se como um equipamento de apoio a novas empresas, proporcionando condições técnicas facilitadoras de instalação, com o objetivo de modernizar, diversificar e ampliar o tecido empresarial, proporcionando a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.

A implementação física do Viveiro de Empresas foi destinada para o Mercado Municipal, de modo a dotar também este equipamento de novas valências. O espaço conta com aproximadamente 250 m<sup>2</sup>, existindo no mesmo 5 gabinetes individuais, uma sala de formação/reuniões e um espaço comum de acesso.

Os gabinetes assumem entre 15 e 22 m<sup>2</sup>, encontram-se completamente equipados e dotados de infraestruturas tecnológicas como telefone VoIP<sup>18</sup>, acesso internet por fibra e servidor de rede comum. A sala de reuniões/formação tem espaço para reuniões até 12 pessoas e formação até 15, e está dotada de um sistema de videoconferência.

A operação foi executada até final do ano de 2024 e entrou em pleno funcionamento no ano de 2025, tendo sido contabilizados neste ano os valores referentes a despesas de funcionamento.

<sup>15</sup> Candidatura n.º ALT20-05-3827-FEDER-000295: Viveiro de Empresas - Município de Borba.

<sup>16</sup> Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2021.

<sup>17</sup> Voice over Internet Protocol.

<sup>18</sup> Modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma entidade ou na mesma área de atuação.

**Mapa 3 - Viveiro de Empresas – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viveiro de Empresas	2019	I	11	500 €	500 €	351 €	70%
Centro Empresarial de Borba	2024	A	4	5 000 €	550 €	373 €	68%
<b>Total</b>				<b>5 500 €</b>	<b>1 050 €</b>	<b>724 €</b>	<b>69%</b>

### 3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária no Concelho apresenta, em alguns pontos, um mau estado de conservação, necessitando de elevado investimento para o seu melhoramento.

Atendendo às disponibilidades existentes, o investimento na melhoria dos mesmos tem sido faseado, de modo a ser possível proceder à sua reparação e requalificação.

O investimento previsto, nesta área, para o ano de 2025, assumiu, em sede previsional, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 190.000 EUR, apenas destinado a fazer face a pequenos investimentos mais urgentes. Apesar de não se ter verificado grande margem de manobra para efetuar investimento substanciais nesta área, ainda foi possível ao longo do ano incrementar o investimento face ao inicialmente previsto, essencialmente, na repavimentação de arruamentos em Borba, que assumiu inicialmente o montante de 50.000 EUR e executou despesa em montante próximo dos 155.000 EUR.

Assim, em 2025, na “Valorização da rede viária”, foi realizado investimento em montante próximo dos 205.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 4 - Valorização da rede viária - 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Estradas e Arruamentos	2018	I	39	50 000 €	75 850 €	25 296 €	33%
Valorização Estrada Rio de Moinhos - Alfaval	2018	I	46	0 €	0 €	0 €	0%
Sinalização	2018	I	37	15 250 €	25 660 €	25 555 €	100%
Caminhos Rurais - Reconstrução	2018	I	38	5 000 €	5 000 €	0 €	0%
Desvio da EM 508	2023	I	23	0 €	0 €	0 €	0%
Beneficiação do troço do CM 1042	2023	I	24	0 €	0 €	0 €	0%
Repavimentação da Zona Industrial Cruz de Cristo	2023	I	32	0 €	0 €	0	0%
Repavimentação arruamentos em Borba	2023	I	25	50 000 €	154 830 €	154 738 €	100%
Parque de Estacionamento para pesados em Rio de Moinhos / Nora	2023	I	30	10 000 €	10 000 €	0 €	0%
Parque de Estacionamento para pesados Zona Industrial Cruz de Cristo	2023	I	31	0 €	0 €	0	0%
Parque de Estacionamento na Rua Fernão Penteado	2024	I	13	60 000 €	60 000 €	0 €	0%
Valorização Estrada Aldeia de Sande - Parreira	2023	I	33	0 €	0 €	0 €	0%
Repavimentação da Rua Nossa Senhora da Vitória - Barro Branco	2024	I	33	0 €	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>190 250 €</b>	<b>331 340 €</b>	<b>205 589 €</b>	<b>62%</b>

### 3.2.1.2.3. ESTALEIROS MUNICIPAIS

Os Estaleiros Municipais desempenham um papel fundamental na ação do Município, pelo que as condições proporcionadas pelos mesmos são essenciais para o adequado e eficiente funcionamento dos serviços municipais.

A beneficiação dos Estaleiros Municipais é uma antiga necessidade da Autarquia, para modernização dos serviços municipais.

Em 2021, procederam-se a algumas melhorias nos estaleiros municipais, relacionadas essencialmente com a colocação de uma nova cobertura em zona que anteriormente foi alvo de estragos por condições atmosféricas adversas.

Os Estaleiros Municipais têm que fazer face a um conjunto alargado de necessidades, relacionados com a capacidade e condições para acomodação de equipamentos, viaturas e serviços de armazém, controlo de produção, carpintaria, eletricidade, cantaria, oficina mecânica, refeitório, gabinete médico.

Por outro lado, não devem ser descuradas as condições de segurança, conforto e operacionalidade que os mesmos devem oferecer, de modo a constituírem-se como um recurso operacional eficiente para o pleno exercício de competências que o Município detém.

Acresce referir que foi, pela Câmara Municipal, em 03/11/2022, deliberado proceder à venda do imóvel onde atualmente funcionam os Estaleiros Municipais, constando do contrato a obrigação de o espaço ser libertado no prazo de 18 meses, o que implica a utilização de outras instalações para o efeito. Este prazo tem sido prorrogado até ao final de 2025

Sobre o assunto, a Câmara Municipal, deliberou, em 02/06/2023, celebrar escritura pública de compra e venda, com aprovação de minuta, pelo valor de 300.000 EUR.

Assim, no Orçamento de 2025 foi previsto um projeto com o valor ao nível da despesa para o referido ano de 3250.000 EUR. Em 2025, o Município executou 130.000 Euros, verba que corresponde à aquisição de terrenos para a construção do novo Estaleiro Municipal, conforme mapa seguinte.

**Mapa 5 - Beneficiação dos Estaleiros Municipais – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Construção de Estaleiro Municipal	2023	I	1	325 000 €	355 000 €	130 000 €	37%

### 3.2.1.2.4. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS

De forma a dotar o Concelho de um suporte físico efetivo à expressão e desenvolvimento das atividades económicas de base local e regional, deverá o Município procurar encontrar soluções com vista à valorização e requalificação do Parque de Feiras, uma vez que a forma como o mesmo se encontra dificulta bastante a realização de iniciativas, não dignificando em nada a imagem das mesmas.

O Parque de Feiras localiza-se na Área de Intervenção Norte, situada a norte do centro urbano atual, compreendido entre a EN 4, o troço urbano da EN 255 (continuação da Avenida D. Dinis de Melo e Castro) e o limite do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Municipal.

Os programas definidos para esta zona, dando sequência às orientações constantes no Plano de Urbanização de Borba, têm por objetivo o estabelecimento de um novo local estratégico no contexto urbano centrado no Parque de Feiras.

Esta praça, com 410 metros de comprimento e 62 metros de largura, organiza, por seu lado, a estrutura urbana envolvente rematando as morfologias de ocupação edificada já existentes, estabelecendo as expansões e conexões da rede viária e os meios físicos favoráveis à implantação de novos equipamentos.

Este espaço beneficia de excelentes acessibilidades, quer ao centro da cidade, através da Avenida D. Dinis de Melo e Castro e, por toda a zona da Cerca, com a intervenção projetada para a denominada Área de Intervenção Norte, quer para o exterior, com ligação direta ao eixo viário regional EN 4, e consequente articulação, geograficamente próxima, com a A6, através do nó de ligação de Borba, e a Variante à EN 255.

O objetivo é encontrar financiamentos que permitissem intervir no espaço, pelo que, em 2025, pelo que foi contemplado em orçamento uma verba residual de 3.000 euros dos quase se executaram 461 na valorização do equipamento, conforme mapa seguinte.

Mapa 6 - Valorização e requalificação do Parque de Feiras – 2025

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Requalificação do Parque de Feiras	2018	I	48	0 €	0 €	0 €	0%
Pavilhão Multiusos	2020	I	11	0 €	0 €	0 €	0%
Valorização de equipamentos de mercados e feiras	2018	I	47	3 000 €	3 000 €	461 €	15%
<b>Total</b>				<b>3 000 €</b>	<b>3 000 €</b>	<b>461 €</b>	<b>15%</b>

### 3.2.1.2.5. ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

A cidade de Borba dispõe de uma área de acolhimento empresarial, designada por Zona Industrial da Cruz de Cristo, consubstanciada num espaço para a instalação de pequenas unidades industriais, particularmente ligadas à atividade relacionadas com as rochas ornamentais, oficinas mecânicas, empresas setor agrícola, do setor alimentar e da prestação de serviços e venda de bens.

No entanto, nesta Zona Industrial, as obras de infraestruturas ainda não se encontram totalmente concluídas, pretendendo-se, ao longo dos próximos anos, dotar esta área de acolhimento empresarial das infraestruturas necessárias ao bom desenvolvimento das atividades económicas aí instaladas, pese embora se compreenda a existência de dificuldade na existência de receita para fazer face aos elevados investimentos necessários, conforme foi assumido no orçamento aprovado.

Por outro lado, pretende-se que Borba também impulse o desenvolvimento da Zona Industrial do Alto dos Bacelos, de modo a atrair investimentos, promover a oferta de emprego e atrair população ativa, contribuindo para o desenvolvimento económico da região.

Para esse efeito, será necessário que o Município proceda à aquisição de parcelas de terrenos, para em momento posterior ser possível dar início à construção das infraestruturas necessárias a esta área de acolhimento empresarial.

Acresce ainda referir que a Freguesia de Rio de Moinhos é a única no Concelho que não se encontra ainda dotada com área de acolhimento empresarial, possuindo, no entanto, características específicas que assim o justificam. Para que tal seja possível, também é necessário que o Município proceda à aquisição de terrenos em zona próxima da sede de Freguesia para que se afigure possível desenvolver os projetos para infraestruturização da área a interencionar.

As oportunidades de cofinanciamento do Portugal 2030 ou do PRR podem vir a afigurar-se preponderantes, para garantir a receita tão necessária para estes elevados investimentos, situação que ainda não se verificou ao longo do ano de 2025, pelo que não se verificou qualquer investimento nestas áreas de acolhimento empresarial, conforme mapa seguinte.

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Zona Industrial Alto dos Bacêlos	2018	I	34	0 €	0 €	0 €	0%
Zona Industrial Cruz de Cristo	2022	I	20	0 €	0 €	0 €	0%
Polo Industrial Rio de Moinhos	2022	I	22	0 €	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0%</b>

### 3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

#### 3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS

A existência de uma política global no património implica que o Município, enquanto organismo público, mantenha uma gestão adequada do seu parque habitacional.

Tal gestão implica a manutenção constante, através de intervenções de melhoria e beneficiação, de forma a evitar a degradação de imóveis, que sem manutenção impedem o uso adequado para as funções que devem desempenhar.

O Município tem também em execução contratos que assumem encargos com doações de património, nomeadamente o Palacete Alvarez, e aos quais se tem que fazer face, para cumprimento das cláusulas contratuais.

Nos documentos previsionais, foram inscritos montantes para fazer face às despesas previstas naquela data, conforme quadro abaixo. Ao longo do ano, e de acordo com as opções tomadas foram executadas despesas em montante próximo de 76.000 EUR, conforme se pode verificar no mapa seguinte.

**Mapa 7 - Aquisição e beneficiação de imóveis - 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Aquisição e beneficiação de imóveis	2018	I	1	25 000 €	25 000 €	24 406 €	98%
Posse administrativa para obras de beneficiação	2022	I	23	10 000 €	10 000 €	2 171 €	22%
Requalificação do Edifício do Gabinete Técnico	2023	I	2	0 €	0 €	0 €	0%
Beneficiação e alargamento do cemitério de Borba	2023	I	21	90 000 €	90 000 €	15 349 €	17%
Palacete Alvarez (doação com encargos)	2018	I	62	30 000 €	34 200 €	34 186 €	100%
<b>Total</b>				<b>155 000 €</b>	<b>159 200 €</b>	<b>76 112 €</b>	<b>48%</b>

### 3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

As melhorias no edifício dos Paços do Concelho continuaram a ser implementadas durante o ano de 2025.

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal.

Este projeto contribuiu para a revitalização da zona histórica da cidade, apostando na remodelação de um imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional.

A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitiram repensar o projeto para revitalização e modernização do edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades, mais adequadas às necessidades atuais.

São exemplo destas novas intervenções o Balcão Único (2010), o Bar de apoio (2011), o Posto de Turismo (2015), o Lagar Museu (2015), o Espaço do Serviço de Educação, Desporto e Juventude (2016) e o Espaço do Serviço de Investimento e Desenvolvimento (2016).

No ano de 2025 foram realizadas pequenas obras de manutenção, com execução de despesa, em montante na ordem dos 3.600 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 8 - Edifício dos Paços do Concelho – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Edifício dos Paços do Concelho	2018	I	2	5 000 €	5 000 €	3 634 €	73%

### 3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo tem apresentado nos últimos anos em Portugal, e em particular no Alentejo, um crescimento bastante acentuado, que se entendeu ser necessário acompanhar, de forma a aproveitar as oportunidades que permitem colocar a Região como destino de excelência. Para o efeito, o Município deu continuidade à estratégia de aposta nos produtos endógenos, nas tradições e na cultura do Concelho.

Destacam-se neste ponto a Festa da Vinha e do Vinho, que representa o evento mais importante do Concelho, as Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos, o projeto da Cidade do Vinho que decorreu durante todo o ano de 2025 e o projeto “Regeneração Turística dos territórios da Serra d’Ossa Miradouro da Senhora da Vitória e da Aldeia de S. Gregório”, candidata a verbas comunitárias.

O investimento na “Dinamização da Oferta Turística”, no ano de 2025, traduziu-se numa execução próxima dos 557.000 EUR, quando em orçamento inicial se tinha estimada em 821.983 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 9 - Dinamização da oferta turística – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Festa da Vinha e do Vinho	2018	A	31	170 000 €	341 926 €	336 141 €	98%
Festa da Vinha e do Vinho	2018	I	49	500 €	500 €	0 €	0%
Ervas & Companhia	2018	A	32	15 000 €	23 100 €	22 960 €	99%
Feira do Queijo	2018	A	33	25 000 €	29 800 €	29 394 €	99%
É Natal em Borba	2018	A	35	40 000 €	48 500 €	45 525 €	94%
Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos	2018	A	34	100 000 €	147 802 €	147 392 €	100%
Outros Eventos	2018	A	39	15 000 €	18 585 €	18 310 €	99%
Dinamização do Turismo	2023	A	12	1 500 €	2 375 €	1 968 €	83%
Posto de Turismo	2018	I	51	500 €	500 €	0 €	0%
Promoção tradicional de vinho de talha	2018	I	54	0 €	0 €	0 €	0%
Área de Serviço de Autocaravanismo	2018	I	53	500 €	3 000 €	0 €	0%
Estudo para implementação do Terminal de Mercadorias "Évora-Elvas"	2019	I	7	3 383 €	3 383 €	0 €	0%
AlStones	2019	I	8	0 €	0 €	0 €	0%
Casa Museu Interativa de Borba 3M's	2021	A	7	2 500 €	6 000 €	5 904 €	98%
Dinamização do Grandfondo Serra D'Ossa	2024	A	3	15 100 €	18 500 €	18 450 €	100%
Regeneração Turística dos territórios da Serra d'Ossa Miradouro da Senhora da Vitória e da Aldeia de S. Gregório	2024	I	14	285 000 €	249 950 €	0 €	0%
Museu Digital dos Monumentos e das esculturas	2024	I	19	0 €	0 €	0 €	0%
Remodelação de quiosque	2025	I	13	80 000 €	53 200 €	6 242 €	12%
Cidade do Vinho	2025	A	10	10 000,00 €	52 664,72 €	52 195,34 €	99%
Provere: Centro de Interpretação da Pedra Natural	2025	I	14	0 €	0 €	0 €	0%
Provere: Criação de Ecopista	2025	I	15	0 €	0 €	0 €	0%
Valorização do Mercado Municipal de Borba	2025	I	16	50 000 €	50 000 €	8 512 €	17%
Grande Rota do Montado	2025	A	11	2 750 €	50 €	0 €	0%
Grande Rota do Montado	2024	I	20	5 250 €	5 250 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>821 983 €</b>	<b>1 055 085 €</b>	<b>692 991 €</b>	<b>66%</b>

### 3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

A celebração do contrato de execução para delegação de competências da Educação, em 16/09/2008, bem como as novas competências descentralizadas por força da legislação em vigor levou o Município a assumir uma nova dimensão no paradigma educativo.

Assim as “Competências descentralizadas do MEC” apresentaram, neste plano, o valor mais elevado em termos de execução de despesa, cujo valor supera os 700.000 EUR.

Ao longo do ano foi ainda possível intervir na “Reabilitação e valorização de Equipamentos Escolares” em montante superior a 19.000 EUR, bem como na “Requalificação do Centro Escolar de Borba”, em montante superior a 10.000 EUR.

Iniciou o projeto “Plano para a Promoção do Sucesso Escolar”, mas ficaram por realizar os investimentos previstos na “Requalificação dos Edifícios Escolares de Rio de Moinhos”, Requalificação da Oficina da Criança”, uma vez que obedecem a projetos alvo de financiamento comunitário.

Assim, o investimento em 2025, na “Melhoria da qualificação e da educação” assumiu em orçamento inicial um montante próximo dos 2.420.000 EUR, sendo que durante o ano, as opções tomadas, permitiram a execução de montante superior a 990.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 10 - Melhoria da qualificação e da educação – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação e valorização de equipamentos escolares	2018	I	10	10 000 €	20 750 €	19 869 €	96%
Dinamização da Educação no Concelho	2023	A	1	11 000 €	10 000 €	10 000 €	100%
Requalificação do Centro Escolar de Borba	2023	I	4	366 000 €	373 700 €	10 437 €	3%
Requalificação dos Edifícios Escolares de Rio de Moinhos	2023	I	5	290 300 €	290 300 €	3 124 €	1%
Requalificação e Melhoramento do Jardim de Infância da Orada	2023	I	6	0 €	0 €	0 €	0%
Competências Descentralizadas do MEC	2018	A	9	1 103 000 €	742 636 €	735 613 €	99%
Cantinas Escolares	2018	A	12	132 000 €	118 099 €	112 657 €	95%
Oficina da Criança	2018	A	13	30 000 €	24 902 €	24 468 €	98%
Atividades de Enriquecimento Curricular	2018	A	8	20 000 €	39 800 €	39 450 €	99%
Plano para a Promoção do Sucesso Escolar	2024	A	1	57 200 €	47 300 €	37 854 €	80%
Requalificação da Oficina da Criança	2024	I	5	401 380 €	401 380 €	0 €	0%
Remodelação da antiga Escola Primária da Nora	2024	I	6	0 €	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>2 420 880 €</b>	<b>2 068 867 €</b>	<b>993 473 €</b>	<b>48%</b>

### 3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES

Os municípios dispõem de um leque alargado de competências para a concretização do direito fundamental à educação que inclui assegurar o transporte às crianças e jovens entre a sua residência e os respetivos estabelecimentos de ensino para que possam, em condições de efetiva igualdade, frequentar a escolaridade obrigatória nos termos e nas condições que a lei o estabelece.

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas *gg)* e *hh)* do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL<sup>19</sup>, são definidas as competências dos municípios ao nível da educação, designadamente no assegurar de medidas de ação social e de promoção de transporte escolar, competindo-lhes assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Neste sentido, e considerando que a educação é um direito fundamental, absoluto e essencial ao desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais e dos povos no quadro das sociedades globais, o acesso à educação em condições de igualdade visa a plena expansão da personalidade humana e o pleno exercício dos outros direitos e liberdades fundamentais.

Os transportes escolares são assim um instrumento indispensável à prossecução da equidade educativa que viabiliza o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar. De acordo com os normativos do Ministério da Educação, o transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico, sendo participado para os alunos de ensino secundário ou equivalente.

Pelo exposto, o Município garante o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado aos alunos do ensino básico, de forma gratuita, com recurso à frota própria de transportes escolares, através de circuitos especiais criados para responder às necessidades dos alunos, em articulação com os estabelecimentos escolares e demais parceiros educativos.

No que respeita aos transportes escolares do ensino secundário ou equivalente, o serviço é garantido, sempre que possível por transporte público, e quando inexistente pelo próprio Município, assegurando-se a sua participação, de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e jovens do Concelho.

Em orçamento de 2025 foi inscrito o montante de 5.000 EUR para fazer face ao cumprimento dos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário. O projeto TPAC, desenvolvido pela CIMAC em articulação com os Municípios, permitiu uma redução significativa na despesa com uma execução ligeiramente inferior a 2.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 11 - Transportes Escolares – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viaturas de transporte escolar	2018	I	58	0 €	0 €	0 €	0%
Transportes escolares	2018	A	11	5 000 €	1 950 €	1 946 €	100%
<b>Total</b>				<b>5 000 €</b>	<b>1 950 €</b>	<b>1 946 €</b>	<b>100%</b>

<sup>19</sup> Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### 3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS

A valorização de equipamentos culturais continua a apresentar-se como uma necessidade imperativa a que o Município tem que fazer face, mediante as suas possibilidades, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe que necessitam de intervenção, com vista à sua revitalização.

Só através de uma constante intervenção na valorização dos equipamentos culturais é possível garantir que os mesmos continuam a apresentar as condições adequadas ao desempenho das funções para os quais foram projetados e construídos. Em 2025 realizamos o investimento na reabilitação do cineteatro, que rondou os 55.000 EUR

Foi dada continuidade à realização de “Iniciativas culturais”, de modo a manter uma agenda regular e diversificada de iniciativas no Concelho. Este “projeto” foi um dos maiores executores desta temática, executando 167.395 EUR.

No âmbito do Projeto “Ler e Crescer em Família”, desenvolvido pela Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central e submetido pela CIMAC ao financiamento da DGLAB, através do PADES (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas), foi acordado que após atualização das coleções das bibliotecas municipais com os materiais (livros, DVD e jogos) seriam alocados, anualmente, em orçamento valores destinados à aquisição de livros e outras publicações para atualização permanente do espólio. Pelo exposto, em 2025, no âmbito do acordo PÓS-PADES foram também investidos cerca de 1.700 EUR para atualização da coleção da Biblioteca Municipal.

Assim, o investimento na “Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais”, prevista no orçamento inicial em 184.000 EUR, executou, em 2025, o montante de cerca de 231.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 12 - Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de equipamentos culturais	2018	I	28	3 000 €	3 000 €	1 756 €	59%
Biblioteca Municipal (Pós-PADES)	2023	A	2	7 000 €	3 700 €	1 770 €	48%
Iniciativas culturais	2018	A	23	50 000 €	176 263 €	167 395 €	95%
Reabilitação do Cineteatro	2021	I	8	60 500 €	60 850 €	55 638 €	91%
Reabilitação do Palacete dos Melos	2021	I	9	0 €	0 €	0 €	0%
Melhoria das acessibilidades no Celeiro da Cultura	2024	I	10	30 000 €	30 000 €	0 €	0%
Aquisição de equipamento para realização de eventos	2024	I	11	0 €	0 €	0 €	0%
Comemorações da Batalha de Montes Claros	2025	A	5	5 000 €	2 710 €	2 570 €	95%
Vamos fazer as onze com Cante Alentejano	2025	A	6	2 000 €	2 111 €	1 332 €	63%
Comemorações do 25 de abril	2025	A	7	4 500 €	0 €	0 €	0%
Arraiais de Santos Populares	2025	A	8	2 000 €	860 €	349 €	41%
Festas religiosas em parceria com o associativismo	2025	A	9	20 000 €	230 €	217 €	94%
<b>Total</b>				<b>184 000 €</b>	<b>279 724 €</b>	<b>231 027 €</b>	<b>83%</b>

### 3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A valorização de equipamentos desportivos continua a apresentar-se como uma necessidade a que o Município tem que dar resposta, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe e que necessitam de intervenção, com vista a permitir sua utilização pela comunidade, nas devidas condições de operacionalidade e segurança. No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem como mais prioritários.

Em 2025, no âmbito do “Mês do Desporto e da Juventude” foram executados pouco mais de 37.000 EUR.

Assim, do investimento na “Valorização de equipamentos desportivos”, previsto no montante de 48.000 EUR, executou-se, em 2025, um montante superior aos 56.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 13 - Valorização de equipamentos desportivos – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Equipamentos Desportivos	2018	I	29	8 000 €	143 200 €	6 529 €	5%
Mês do Desporto e da Juventude	2023	A	6	15 000 €	39 145 €	37 540 €	96%
Reabilitação dos balneários e do Parque Desportivo de Borba	2023	I	18	20 000 €	20 200 €	12 051 €	60%
Reabilitação dos balneários do Pavilhão Gimnodesportivo	2023	I	19	5 000 €	5 000 €	0 €	0%
Borba Bike Park	2024	I	15	0 €	0 €	0 €	0%
Campo de Padel	2024	I	16	0 €	0 €	0 €	0%
Reabilitação do Polidesportivo do Barro Branco	2024	I	17	0 €	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>48 000 €</b>	<b>207 545 €</b>	<b>56 120 €</b>	<b>27%</b>

### 3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”

O Município assumiu o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades, através do recurso à participação da comunidade.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

- 3.2.2.1. Valorização da cidadania;
- 3.2.2.2. Promoção da cooperação com as freguesias;
- 3.2.2.3. Articulação de projetos com associações e coletividades.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### 3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

##### 3.2.2.1.1. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo é um processo democrático e participativo no qual os cidadãos podem dar o seu contributo para definir algumas das ações do orçamento municipal, assumindo como principais objetivos:

- Promover a participação informada, ativa e construtiva dos cidadãos eleitores em processos de decisão de interesse municipal, público ou coletivo;
- Aproximar os cidadãos da gestão pública;
- Reforçar a transparência da atividade do Município;
- Fomentar uma sociedade civil mais dinâmica e coesa;
- Responder às necessidades da população, ajustando-se as mesmas às políticas municipais.

Estes objetivos pretendem contribuir para um modelo de governação mais dinâmico e assegurar a abertura, igualdade e participação dos cidadãos nas atividades, através da realização do Orçamento Participativo.

A adoção do Orçamento Participativo fundamenta-se nos valores da democracia participativa constantes no artigo 2.º da CRP<sup>20</sup>, como direitos fundamentais inalienáveis, e pretende ser um meio para os cidadãos terem a oportunidade de propor, debater e atribuir uma hierarquização a alguns projetos de interesse geral, público ou coletivo.

Assim, para desenvolvimento do Orçamento Participativo foi previsto, em 2025 um projeto, em PPI, com dotação inicial de 20.000 EUR, no entanto, o Município não executou qualquer montante no referido plano, conforme mapa seguinte.

Mapa 14 - Orçamento Participativo – 2025

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Orçamento participativo	2018	I	5	20 000 €	20 000 €	0 €	0%

<sup>20</sup> Constituição da República Portuguesa.

### 3.2.2.1.2. DEFESA DO CONSUMIDOR

O Município, no ano de 2025, continuou a implementar o projeto de defesa do consumidor e dos seus direitos, tendo a referida resposta ocorrido por via do CIAC<sup>21</sup>.

O CIAC foi implementado no Município, em 2024, através de Protocolo de Colaboração celebrado com a Direção-Geral do Consumidor, tendo como objetivo estabelecer a cooperação entre o Município de Borba e esta Direção-Geral, criando assim uma solução de proximidade e de apoio gratuito ao consumidor, com vista à defesa dos direitos deste último, prestando-lhe informação e apoio na resolução dos conflitos de consumo que eventualmente possam ocorrer na área do Município.

São atribuições do CIAC:

- A promoção da defesa dos direitos do consumidor, nomeadamente, mediante a organização de ações de sensibilização e informação sobre temática do consumo;
- A prestação de informação ao consumidor sobre os seus direitos e modos de exercício;
- O apoio na resolução dos conflitos de consumo que ocorram na área do Município ou em que seja parte um consumidor residente no Concelho de Borba, designadamente, através do respetivo envio para a entidade de resolução extrajudicial de litígios competente.

Ao longo do ano, este serviço foi custeado pelo Município com recursos próprios, pelo que, em sede de orçamento inicial se ter inscrito despesa corrente, em montante residual, para fazer face a situações pontuais que pudessem vir a ocorrer, foram executados 590 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 15 - Defesa do Consumidor – 2025

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Defesa do Consumidor	2023	A	9	2 500 €	600 €	590 €	98%

<sup>21</sup> Centro Informação Autárquico ao Consumidor.

### 3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

#### 3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal, no ano de 2025, deu continuidade à política de cooperação encetada com as freguesias, através de acordos de execução para descentralização de competências nas juntas de freguesia e de acordos de cooperação.

Através desta via, continuou a ser promovida a consolidação da autonomia financeira das freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas autarquias junto das mesmas.

O apoio às freguesias traduz o respeito que o Município detém pelas mesmas, procurando garantir a existência de condições adequadas para que estas possam desenvolver com melhores condições as suas competências, enquanto órgãos do poder local de primeira linha de intervenção e proximidade junto da comunidade.

Para o efeito foram transferidas as verbas previstas nos acordos de execução e nos acordos de colaboração aprovados.

Desta forma, o investimento nos acordos de execução e/ou de colaboração com as Freguesias, no ano de 2025, assumiu, em sede de previsão nos documentos previsionais aprovados o montante inicial na ordem dos 123.300 EUR, corrigidos ao longo do período para 193.990 EUR.

Durante o ano de 2025, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 173.912 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 16 - Descentralização de competências e cooperação com as Freguesias – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Acordos de Execução/Cooperação com as Freguesias	2018	A	37	103 300 €	133 990 €	133 912 €	100%
Acordos de Execução/Cooperação com as Freguesias	2023	I	34	20 000 €	60 000 €	40 000 €	67%
<b>Total</b>				<b>123 300 €</b>	<b>193 990 €</b>	<b>173 912 €</b>	<b>90%</b>

### 3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES

#### 3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL

A CIMAC é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa).

As parcerias estabelecidas entre a CIMAC e os municípios do Alentejo Central permitem desenvolver trabalho em rede, partilhar serviços, realizar procedimentos por procura agregada (promovendo sinergias e economias de escala), articular investimentos municipais de interesse intermunicipal, participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (no âmbito dos fundos comunitários) e articular atuações com os serviços da Administração Central, aos mais diversos níveis.

Os municípios do Alentejo Central, com a coordenação da CIMAC, desenvolvem, desde 2004, de forma consistente, iniciativas de modernização administrativa com o objetivo de melhorar e aproximar os mesmos dos cidadãos e das empresas, promovendo assim um aumento da eficiência e da qualidade dos serviços.

Só através de um trabalho em rede, que se consubstancie na partilha de serviços, informações e promoção de sinergias é possível responder às exigências que atualmente são constantes nos municípios

O projeto Wifi@alentejocentral, no qual o Município de Borba participa é disso mesmo um bom exemplo, uma vez que abrange os 14 municípios do Alentejo Central e é promovido pela Entidade de Turismo do Alentejo, em parceria com a CIMAC, a ADRAL e visa melhorar e desenvolver as acessibilidades neste domínio, para turistas e residentes, através da implementação de acessos WiFi nos centros históricos e em zonas de grande afluxo, de modo a facilitar o acesso a conteúdos digitais que acrescentem valor à visitaçãõ e que permitam uma maior interação com as comunidades locais.

Desta forma, o investimento em “Parcerias com a CIMAC e os Municípios do Alentejo Central”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 242.810 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante ligeiramente superior a 163.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 17 - Parcerias com a CIMAC e os municípios do Alentejo Central - 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
CIMAC - Quotizações e Atividades	2018	A	40	197 850 €	156 530 €	156 313 €	100%
CIMAC - Projetos	2018	I	56	38 550 €	38 550 €	692 €	2%
Quotizações diversas	2018	A	38	6 410 €	6 570 €	6 555 €	100%
<b>Total</b>				<b>242 810 €</b>	<b>201 650 €</b>	<b>163 560 €</b>	<b>81%</b>

### 3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO

A valorização da atividade das associações, coletividades, clubes e outras instituições representam uma preocupação para a Autarquia, uma vez que as atividades desenvolvidas por estas entidades são da maior importância para o Concelho.

Assim, a Autarquia deve apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas ações. As diferentes associações, coletividades e clubes inscritos no Município, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, destinados à participação da comunidade na vida local, pelo que devem continuar a ser apoiadas, logística e financeiramente, pelo Município, no âmbito das suas competências.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências continuou a adotar políticas de apoio a associações e coletividades, nomeadamente através de:

- Programa de Apoio a Associações e Coletividades (PAAC<sup>22</sup>);
- Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (PAAD<sup>23</sup>);
- Apoios pontuais, destinados a projetos ou ações específicas, sempre que se verifique, existirem vantagens para o Concelho, na realização de acordos de parceria, colaboração ou cooperação.

Ao longo do ano verificou-se que o PAAC apresentou execução inferior à despesa inicialmente prevista, ficando pelos 25.124 EUR. Por outro lado, o PAAD executou a totalidade dos montantes inicialmente previstos. No que respeita aos apoios pontuais, verificou-se a necessidade de reforçar o orçamento inicial aprovado, tendo sido executada despesa em montante superior a 119.000 EUR.

Neste sentido, o Município, no ano de 2025, no “Apoio ao Associativismo”, aprovou em sede de orçamento inicial despesa para executar no montante na ordem dos 98.000 EUR. Durante o ano de 2025, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa em montante na ordem dos 180.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 18 - Apoio ao Associativismo – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PAAC	2019	A	1	35 000 €	28 000 €	25 124 €	90%
PAD	2019	A	2	35 000 €	35 000 €	35 000 €	100%
Apoio à Atividade Desportiva, de Recreio e Lazer	2018	A	26	20 000 €	119 280 €	119 253 €	100%
Apoio a atividades desportivas, culturais, de recreio e lazer	2021	I	16	8 000 €	8 000 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>98 000 €</b>	<b>190 280 €</b>	<b>179 376 €</b>	<b>94%</b>

**22 Programa de Apoio a Associações e Coletividades** - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2021/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Cultural-Recreativo-e-Juvenil-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

**23 Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo** - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2021/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Desportivo-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

### 3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL

A Proteção Civil Municipal define-se hoje como um elo essencial entre a segurança das populações e a forma de atuação dos diversos organismos e estruturas de apoio em situações de perigo, alerta, emergência e reposição da normalidade. Ao longo dos últimos anos, cada vez mais o Município tem atendido à necessidade de inscrever em orçamento os montantes necessários e possíveis para garantir o bom funcionamento da mesma. Assim, em sede previsional, foi inscrita dotação para apoio emergente a entidades que integram a mesma, bem como para funcionamento e investimento nesta estrutura, tendo sido executada despesa em montante na ordem dos 36.500 EUR dos 38.000 EUR inicialmente previstos.

Para além da estrutura em si, em sede de orçamento, foi também prevista dotação, na sequência do Protocolo celebrado com a ANPC<sup>24</sup> e a AHBVB<sup>25</sup>, com o qual o Município assumiu suportar 50% dos custos de funcionamento das EIPs<sup>26</sup>, desde a criação da primeira em maio de 2020, uma vez que as mesmas são constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil. Para a manutenção das 2 Equipas de Intervenção Permanente, o Município suportou, ao longo de 2025, o montante de 93.000 EUR.

Em sede de orçamento foi inscrita também dotação para desenvolver o Plano Municipal de Emergência que carece de revisão, contudo atendendo à evolução no desenvolvimento do mesmo, não foi executado qualquer montante.

No orçamento inicial foi também previsto dar início ao investimento no novo Posto Territorial de Borba da GNR, de acordo com o contrato Interadministrativo, celebrado com a Secretaria-Geral da Administração Interna e a GNR, no entanto o mesmo não ocorreu, pelo que foi transferida a dotação para anos seguintes. Assim, o investimento no “Apoio à Proteção Civil”, no ano de 2025, assumiu em orçamento inicial montante superior a 1.515.000 EUR, sendo que durante o ano foi possível executar um montante próximo dos 135.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 19 - Proteção Civil – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Equipas de Intervenção Permanente	2018	A	7	72 000 €	93 000 €	93 000 €	100%
Proteção Civil Municipal - Despesas de capital	2020	I	13	52 500 €	179 325 €	28 294 €	16%
Proteção Civil Municipal - Despesas correntes	2020	A	3	23 000 €	7 255 €	5 191 €	72%
Plano Municipal de Emergência	2021	I	1	6 500 €	6 500 €	0 €	0%
Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais	2025	I	2	6 500 €	6 500 €	0 €	0%
Posto Territorial da GNR de Borba	2021	I	3	1 355 400 €	1 355 400 €	9 164 €	1%
<b>Total</b>				<b>1 515 900 €</b>	<b>1 647 980 €</b>	<b>135 649 €</b>	<b>8%</b>

**24 Autoridade Nacional de Proteção Civil.**

**25 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba.**

**26 Equipas de Intervenção Permanente,** constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

### 3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”

Um Município efetivamente harmonioso e equilibrado passa pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

2.2.3.1 Promoção da justiça social;

2.2.3.2 Promoção do bem-estar;

2.2.3.3 Valorização das políticas de inclusão social;

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

#### 3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

##### 3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE

Em 2025, foi prevista despesa, no montante de 13.500 EUR, para o programa, ao qual o Município aderiu, de apoio à aquisição de medicamentos. A verba destina-se a apoiar até 100 beneficiários, que demonstrem ser incapazes de adquirir medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, no montante máximo de 135 EUR, mediante protocolo aprovado pela Câmara Municipal, tendo-se executado despesa, em montante próximo dos 4.100 EUR.

As “Competências descentralizadas da Saúde” apresentaram, neste plano, uma execução na ordem dos 150.000 Euros.

Desta forma, o investimento em “Projetos na área da Saúde”, no ano de 2025, assumiu em orçamento inicial montante próximo dos 171.000 EUR, sendo que durante o ano foram executadas despesas em montante próximo dos 155.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 20 - Projetos na área da Saúde – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização e modernização do Centro de Saúde de Borba	2024	I	2	0 €	0 €	0 €	0%
Valorização e modernização da Extensão de Saúde de Rio de Moinhos	2024	I	3	0 €	0 €	0 €	0%
Valorização e modernização da Extensão de Saúde de Orada	2024	I	4	0 €	0 €	0 €	0%
Iniciativas para a dinamização da saúde no Concelho	2023	A	3	1 000 €	0 €	0 €	0%
Competências descentralizadas da Saúde	2022	A	4	157 000 €	152 086 €	150 886 €	99%
Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos	2021	A	1	13 500 €	4 190 €	4 185 €	100%
Projeto Piloto: Saúde Oral	2019	I	2	0 €	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>171 500 €</b>	<b>156 276 €</b>	<b>155 071 €</b>	<b>99%</b>

### 3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES

O Município, em 2025, prosseguiu uma política social que permitiu proceder à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, aprovando a atribuição de 15 bolsas de estudo, no montante de 100 EUR/mês, pelo período de 10 meses e duas bolsas de excelência por mérito escolar, no montante de 750 EUR, nos termos do regulamento em vigor.

Por outro lado, não foram esquecidos os alunos mais carenciados, pelo que se deu continuidade à atribuição de apoio, no âmbito da ação social escolar, no 1.º ciclo e ensino pré-escolar, através da comparticipação das despesas escolares dos alunos pertencentes a agregados familiares com mais baixos rendimentos.

Os objetivos da ação social escolar passam por combater a exclusão social e o abandono escolar, pretendendo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

Para o efeito, a ação social escolar inclui medidas que passam pela comparticipação económica aos alunos destinada, quer ao fornecimento de refeições escolares, quer à aquisição de livros e material escolar, mediante o escalão atribuído a cada aluno, definido de acordo com o escalão de abono de família, tendo como referência o valor do indexante de apoios sociais.

Entende-se que esta atitude se revela de enorme responsabilidade, uma vez que surge com a prossecução de pretender garantir condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

Atendendo ao exposto, o investimento no “Apoio a Estudantes”, no ano de 2025, assumiu, em orçamento inicial, o montante de 40.000 EUR e durante o ano, pelos motivos antes referidos, foram executados cerca de 20.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 21 - Apoio a Estudantes – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)	2018	A	18	25 000 €	19 005 €	19 000 €	100%
Ação Social Escolar	2019	A	5	15 000 €	1 749 €	1 739 €	99%
<b>Total</b>				<b>40 000 €</b>	<b>20 754 €</b>	<b>20 739 €</b>	<b>100%</b>

### 3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

#### 3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES

O sector do mármore é de extrema importância para a economia do Concelho e estende-se muito para além da extração e produção de “peças” e dos postos de trabalhos diretamente ligados a esta atividade económica, desde logo, todo o património edificado com esta rocha ornamental.

Em 2025 houve investimento nas “Reabilitação paisagística das entradas de Borba”, cerca de 3.000 EUR, enquanto que na rubrica “Arranjos paisagísticos”, verificou-se um investimento de 74.000 EUR resultado de uma intervenção na zona do Chale, pelo que o investimento nos “Espaços Verdes”, no ano de 2025, assumiu no orçamento inicial, o montante de 203.000EUR EUR, sendo que durante o ano foi possível executar 80.828 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 22 - Investir nos Espaços Verdes – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação do Jardim Municipal	2018	I	15	98 000 €	90 185 €	2 809 €	3%
Arranjos Paisagísticos	2018	I	14	15 000 €	76 000 €	74 604 €	98%
Eco Parque	2022	I	18	0 €	0 €	0 €	0%
Reabilitação paisagística das Entradas de Borba	2023	I	11	10 000 €	10 000 €	3 415 €	34%
Espaço verde/infantil (Loteamento Eborino e Bairro da Casa do Povo)	2023	I	12	0 €	0 €	0 €	0%
Requalificação da Entrada do Barro Branco	2023	I	29	5 000 €	5 000 €	0 €	0%
Construção de instalações sanitaria publicas em Orada	2025	I	12	75 000 €	55 000 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>203 000 €</b>	<b>236 185 €</b>	<b>80 828 €</b>	<b>34%</b>

### 3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO

O Programa Juventude em Movimento tem como objetivo contribuir para a ocupação dos tempos extra letivos de jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovam, em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional.

O desenvolvimento do Concelho está intimamente ligado aos mais jovens e com esta iniciativa o Município contribui para a ocupação dos tempos extra letivos dos jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovem em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional e assim, fomentam o contacto com a realidade onde serão integrados/as, em áreas de interesse comunitário.

O programa pretende também desenvolver nos jovens valores de responsabilidade, solidariedade, cidadania e de interajuda. Para o efeito, anualmente, o programa permite o desenvolvimento de atividades, em diferentes áreas, como sejam:

- Educação e juventude;
- Desporto e tempos livres;
- Feiras e eventos;
- Cultura e património;
- Ambiente e espaços verdes.

Em regra, o programa é dirigido a todos os jovens residentes no Concelho de Borba, cujas idades estejam compreendidas entre os 15 e os 25 anos, preferencialmente integrados no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional. Durante o período de atividade os jovens têm direito a seguro de acidentes pessoais, da responsabilidade da Autarquia e uma bolsa horária por cada hora realizada em regime ocupacional que deverá ser paga na totalidade e após completo o período de integração na vaga.

Assim, a ocupação dos tempos de lazer dos jovens do Concelho de Borba no programa Juventude em Movimento, não só promove a ocupação das férias dos jovens, como se afigura como uma ajuda ao desenvolvimento de um espírito de cidadania, potenciando a sua capacidade de participação social e cívica na comunidade.

No ano de 2025, o Município assumiu em orçamento inscrever para o programa o montante de 5.000 EUR, sendo que no decorrer do programa se executou um montante ligeiramente inferior (4.644 EUR), conforme mapa seguinte.

**Mapa 23 - Programa Juventude em Movimento – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Juventude em Movimento	2018	A	17	5 000 €	4 650 €	4 644 €	100%

### 3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER

O Município suporta com o funcionamento de alguns equipamentos de recreio e de lazer, como é o caso das piscinas cobertas municipais um custo elevado, pese embora se continue a investir no funcionamento dos equipamentos, de modo a proporcionar condições de lazer e bem-estar à população, procurando encontrar alternativas viáveis para os consumos mais elevados, através de medidas que possam gerar melhor eficiência energética, que não foi possível implementar face à inexistência de abertura de candidaturas para tal desiderato. Em 2025 foi previsto em orçamento para funcionamento deste equipamento, no montante de 163.000 EUR, e a despesa executada 183.873 EUR.

Para funcionamento das “Piscinas Descobertas” no período balnear foi previsto um montante de 30.000 EUR, tendo sido executado um montante 33.600 EUR.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o Município procedeu a um investimento significativo, ao nível de equipamentos de recreio e lazer, essencialmente pela necessidade de remodelação completa dos parques infantis do Concelho, pelo que importa dar continuidade aos investimentos realizados, pese embora de forma faseada, continuando a proceder à valorização deste tipo de equipamentos, tendo-se investido cerca de 2.800 EUR, quando em orçamento inicial se previu um montante de 19.500 EUR.

As “Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer” apresentaram execução (cerca de 5.161 EUR) tendo sido previsto no orçamento inicial (7.500 EUR), atendendo à realização de atividades desta natureza.

Desta forma, o investimento na “Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante de 267.500 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa em montante na ordem dos 235.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 24 - Valorização de Equipamentos de Recreio e de Lazer - 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer	2018	I	30	19 500 €	19 500 €	2 817 €	14%
Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer	2018	A	25	7 500 €	5 805 €	5 161 €	89%
Otimização Energéticas nas Piscinas Municipais	2020	I	8	5 000 €	5 000 €	0 €	0%
Piscinas Cobertas	2018	A	27	163 000 €	192 027 €	183 873 €	96%
Piscinas Descobertas	2018	A	28	30 000 €	33 850 €	33 621 €	99%
Reabilitação das Piscinas descobertas	2025	I	11	30 000 €	17 000 €	849 €	5%
Mini Praia Fluvial	2023	I	20	0 €	0 €	0 €	0%
Contrato de subconcessão - Estação Ferroviária de Borba	2022	I	19	12 500 €	9 050 €	8 742 €	97%
<b>Total</b>				<b>267 500 €</b>	<b>282 232 €</b>	<b>235 062 €</b>	<b>83%</b>

### 3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

#### 3.2.3.3.1. PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Emprego Apoiado consiste na atividade profissional, desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização, sob condições especiais, designadamente sob a forma de enclaves.

O Contrato de Emprego apoiado em mercado aberto constitui uma modalidade de apoio da medida Emprego Apoiado do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade. Em 2025, a despesa executada no “Programa Emprego Apoiado”, assumiu no orçamento inicial, o valor de 517.500 EUR com uma execução de 496.719 EUR.

O Contrato Emprego-Inserção consiste na realização de trabalho socialmente necessário, por parte de desempregados beneficiários de desemprego ou de subsídio social de desemprego. Em 2025, a despesa executada com “Contratos Emprego-Inserção” teve uma execução de 59.256 EUR.

As “Competências descentralizadas da Ação Social” apresentaram, neste plano, execução de despesa na ordem dos 167.897 EUR, salientando que existem despesas que não constam neste plano específico, já que para as estas competências contribuem despesas diretas e despesas indiretas.

Realçar nesta rubrica, o “Radar Social”, que iniciou atividade, e que é alvo de financiamento a 100% de todas as despesas por parte do PRR.

Desta forma, o investimento em “Projetos de Inclusão Social”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior a 1.000.000 EUR, sendo que as disponibilidades existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 926.9219 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 25 - Projetos de Inclusão Social – 2025

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Programa Emprego Apoiado	2018	A	16	517 500 €	499 897 €	496 719 €	99%
Contratos Emprego-Inserção	2018	A	15	133 300 €	59 500 €	59 256 €	100%
Iniciativas de Integração e Ação Social	2018	A	14	1 000 €	1 330 €	975 €	73%
Casa Social de Borba (Funcionamento)	2025	A	1	8 000 €	0 €	0 €	0%
Laboratório Social - CLDS Borba - 5G	2025	A	2	145 600 €	169 419 €	167 897 €	99%
Projeto Acessibilidades 360	2023	I	7	5 000 €	22 100 €	21 941 €	99%
Acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada	2022	I	24	1 000 €	111 000 €	59 960 €	54%
Competências descentralizadas da Ação Social	2022	A	1	200 000 €	89 604 €	89 224 €	100%
Radar Social - Equipa	2024	A	2	62 000 €	30 612 €	30 247 €	99%
Radar Social	2024	I	7	20 000 €	20 000 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>1 093 400 €</b>	<b>1 003 462 €</b>	<b>926 219 €</b>	<b>92%</b>

#### **3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”**

Um Concelho desenvolvido tem como base das decisões, a sustentabilidade económica, social e ambiental. As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território.

Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo Município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras. Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

- 2.2.4.1 Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território
- 2.2.4.2 Articulação de ações e medidas com as concessionárias;
- 2.2.4.3 Implementação de boas práticas.

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

### 3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### 3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PDM<sup>27</sup> é um instrumento legal fundamental na gestão do território municipal, que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos planos municipais, afigurando-se como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial regulamentar, que vincula a administração e os particulares e cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade municipal, encontrando-se em revisão, prevendo-se execução financeira em 2026. A revisão do Plano da UNOR 2 e uma vez que a calendarização de execução dos restantes planos se encontra associado ao desenvolvimento do PDM, de modo a que se concluam articuladamente, assumiu em 2025, um valor na ordem dos 22.000EUR.

Assim, os “Planos Municipais de Ordenamento do Território” apresentaram, em 2025, execução financeira em montante próximo dos 22.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 26 - Planos Municipais de Ordenamento do Território – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Diretor Municipal	2018	I	12	22 300 €	37 300 €	22 140 €	59%
Operação de Reabilitação Urbana - Projeto	2019	I	12	1 000 €	1 000 €	0 €	0%
Planos de Pormenor	2018	I	13	2 500 €	2 500 €	0 €	0%
Estudo Geológico PP UNOR2	2022	I	3	1 000 €	1 000 €	0 €	0%
Plano Pormenor UNOR 2 - Revisão	2023	I	10	99 100 €	99 100 €	0 €	0%
Gabinete SIG	2022	I	1	0 €	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>125 900 €</b>	<b>140 900 €</b>	<b>22 140 €</b>	<b>16%</b>

#### 3.2.4.1.2. HABITAÇÃO LOCAL E HABITAÇÃO SOCIAL

O plano estratégico de habitação local é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação local. O plano estratégico de habitação local de Borba tem por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

Estes planos devem articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras, de modo a fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades no território.

No âmbito da nova geração de políticas de habitação, as estratégias locais de habitação são valorizadas como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a

<sup>27</sup> Plano Diretor Municipal.

adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como a garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas. Esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

Por esta razão, a apresentação prévia, por parte do Município, da estratégia local de habitação é obrigatória, no caso dos apoios a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. O Município de Borba, em 2023, concluiu o seu Plano Estratégico de Habitação Local e celebrou no acordo de colaboração para a sua implementação com o apoio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do 1.º Direito.

Em 2025, verificaram-se apenas pequenas intervenções de melhorias em Habitações Sociais do Município, pelo que a execução financeira em “Habitação Local e Habitação Social” ao longo do ano se traduziu no montante próximo dos 2.7950 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 27 - Plano Estratégico de Habitação Local – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Estratégia Local de Habitação	2023	I	8	1 615 517 €	997 897 €	0 €	0%
Habitação Social	2022	I	2	5 000 €	5 000 €	2 795 €	56%
<b>Total</b>				<b>1 620 517 €</b>	<b>1 002 897 €</b>	<b>2 795 €</b>	<b>0%</b>

### 3.2.4.1.3. REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA

Para que a reabilitação urbana se constitua como um meio eficaz nos objetivos globais defendidos, considera-se que os objetivos devem ser determinantes, mas transversais na problematização urbanística, social, económica, histórica, etc. O desenvolvimento do PARU Borba, iniciado em 2015, teve como objetivos impulsionar a reabilitação urbana, marcar novas centralidades no centro urbano, valorizar a coesão territorial, procurar a sustentabilidade e a inclusão social e valorizar a participação pública.

A prossecução de tais objetivos pretende-se efetuar, através da seleção de intervenções em edificado público ou privado, e no espaço urbano, escolhidas para que a atratividade funcione como um gatilho que despoleta, tanto a dinamização de atividades já existentes, como o surgimento de novas atividades e permitindo a apresentação de candidatura, por parte do Município e dos parceiros que se queiram associar aos mecanismos de financiamento deste tipo de intervenções.

Até final de 2025 foi garantido cofinanciamento FEDER de 85% do investimento elegível, pelo Programa Operacional Regional Alentejo 2021 (POR Alentejo 2021), a 4 candidaturas incluídas no PARU Borba, todas elas concluídas com exceção da “Criação do Museu de Borba e Enoteca”, com investimento estimado superior a 725.000 EUR, no edifício onde funcionava o Centro Cultural de Borba, com empreitada iniciada em 2025. O facto de a empreitada ter apresentado contratempos inesperados levou o Município a ter que optar por uma solução alternativa que garantisse não perder o cofinanciamento da candidatura, tendo o mesmo sido obtido, por via da inclusão da operação no Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Alentejo 2030.

Desta forma, o investimento na “Reabilitação Urbana de Borba”, em 2025, assumiu no orçamento inicial, cerca de 805.000 EUR, tendo ao longo do ano sido executado mais de 207.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 28 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PARU Borba - Reabilitação do Celeiro da Cultura	2018	I	24	500 €	500 €	0 €	0%
PARU Borba - Museu de Borba e Enoteca	2021	I	11	780 000 €	780 000 €	207 737 €	27%
PARU Borba - Centro Interpretação Guerra da Restauração	2021	I	13	25 000 €	2 900 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>805 500 €</b>	<b>783 400 €</b>	<b>207 737 €</b>	<b>27%</b>

### 3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS

#### 3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS

O Município ao longo dos últimos anos tem vindo a desenvolver ações e medidas, em parceria com as concessionárias do serviço de abastecimento de água e saneamento (AVT<sup>28</sup>) e do serviço de gestão e tratamento de Resíduos Urbanos (Gesamb, EIM).

A articulação de ações e medidas em parceria pretende permitir reduzir os custos associados aos serviços, de forma a melhorar a eficiência dos serviços, através da diminuição das perdas no abastecimento de água e da melhoria da pegada ambiental do Município.

Independentemente de se dever continuar a articular ações e medidas, em parceria, com as concessionárias, o custo destes serviços (principalmente do abastecimento de água e saneamento) mantém-se bastante elevado.

Desta forma, o investimento na “Articulação de ações e medidas em parceria com as concessionárias”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior a 1,1 milhão de euros.

Durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de um montante na mesma ordem de grandeza, conforme mapa seguinte.

**Mapa 29 - Articulação de Ações e Medidas em parceria com as Concessionárias - 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água	2018	A	20	550 000 €	568 415 €	568 384 €	100%
Sistema Intermunicipal de Saneamento	2018	A	19	290 000 €	274 170 €	273 957 €	100%
Gestão de Resíduos Urbanos	2018	A	22	285 000 €	229 524 €	214 547 €	93%
<b>Total</b>				<b>1 125 000 €</b>	<b>1 072 109 €</b>	<b>1 056 887 €</b>	<b>99%</b>

<sup>28</sup> Sociedade de Águas do Vale do Tejo, SA.

### **3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS**

#### **3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU)**

As redes de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (AR), em baixa, encontram-se bastante deterioradas, em grande parte do Concelho.

Esta situação apresenta-se particularmente preocupante, uma vez que o Município é fornecido, em alta, pela sociedade Águas do Vale do Tejo e as perdas verificam-se, essencialmente, nas redes que são competência do Município.

Assim, torna-se necessário proceder a um conjunto de investimentos nestas redes, de forma a diminuir as perdas existentes, reduzindo os custos associados ao serviço de abastecimento e saneamento em alta.

Para o efeito foram efetuadas algumas intervenções nas redes que apresentavam maior urgência de intervenção, de forma a permitir planejar, faseadamente investimentos futuros nas restantes.

Em simultâneo, tornou-se também necessário proceder à aquisição e requalificação de contentores de RU, de contadores de água e na inovação e implementação de novos sistemas na recolha seletiva, de forma a manter um padrão de qualidade adequado nos serviços prestados aos munícipes.

O Município de Borba implementou a candidatura aprovada pelo Fundo Ambiental, denominada “RecolhaBio”, em montante próximo dos 20.000 EUR, durante o ano de 2025, com o objetivo de promover uma reciclagem mais efetiva, reforçando a redução de deposição dos resíduos em aterro e sensibilizando a população para a importância desta temática.

No ano de 2025, após a “Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 1.ª fase (R. Nunes da Silva e Visconde Gião)”, investimento já concluído, é de salientar a intervenção na Rua Silveira Menezes que rondou os 250.000 EUR.

Nas redes de abastecimento de águas, as melhorias efetuadas na cidade foram pouco superiores a 18.000 EUR, visto existirem procedimentos a decorrer com vista a suprimir intervenções específicas, por fases.

O programa Portugal 2030 irá acolher a possibilidade de apoiar este tipo de investimentos, nomeadamente no âmbito do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Alentejo 2030, em que a CIMAC se assume como entidades intermédias, e no qual o Município priorizou a maioria dos seus investimentos para o próximo quadro comunitário de apoio.

Assim, o investimento na “Remodelação de redes (AA/AR) e requalificação de equipamentos (RU)”, no ano de 2025, assumiu no orçamento inicial um montante próximo dos 1.087.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de mais de 362.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 30 - Remodelação das Redes (AA/AR) e Requalificação de Equipamentos (RU) – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 1.ª fase (R. Nunes da Silva e Visconde Gião)	2022	I	15	15 500 €	15 500 €	15 417 €	99%
Remodelação da rede de abastecimento de águas de Borba - 2.ª fase (R. Silveira Menezes)	2022	I	14	114 500 €	155 650 €	124 896 €	80%
Remodelação da rede de abastecimento de águas de Borba - 2.ª fase (R. 13 de janeiro / R. António Melo e Castro / R. Fernão Penteadó)	2025	I	7	185 500 €	185 500 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 3.ª fase (R. 1.º maio)	2025	I	8	100 000 €	85 000 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 3.ª fase (Lg. Sto. António / Lg. Gago Coutinho / R. S. Bartolomeu)	2025	I	9	0 €	0 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 3.ª fase (Qta. Prata)	2025	I	10	0 €	0 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água	2018	I	18	30 000 €	30 000 €	18 955 €	63%
Remodelação das condutas de água de Rio de Moinhos	2018	I	22	0 €	600 €	0 €	0%
Remodelação das condutas de água da Orada	2018	I	23	0 €	2 050 €	1 196 €	58%
Valorização do Reservatório de Orada	2021	I	7	0 €	0 €	0 €	0%
Valorização do Reservatório da Nora	2023	I	13	0 €	0 €	0 €	0%
Alteração das condutas de água na Alcaraviça	2023	I	14	0 €	0 €	0 €	0%
Contadores de água	2018	I	19	7 500 €	7 500 €	4 419 €	59%
Controlo de Perdas de Águas	2019	I	5	5 000 €	5 000 €	0 €	0%
Remodelação da rede de saneamento de Borba - 1.ª fase (R. Nunes da Silva e Visconde Gião)	2022	I	7	15 500 €	15 500 €	15 417 €	99%
Remodelação da rede de saneamento de Borba - 2.ª fase (R. Silveira Menezes)	2022	I	6	114 500 €	168 650 €	137 989 €	82%
Remodelação da rede de abastecimento de águas de Borba - 2.ª fase (R. 13 de janeiro / R. António Melo e Castro / R. Fernão Penteadó)	2025	I	3	185 500 €	185 500 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 3.ª fase (R. 1.º maio)	2025	I	4	100 000 €	85 000 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 3.ª fase (Lg. Sto. António / Lg. Gago Coutinho / R. S. Bartolomeu)	2025	I	5	0 €	0 €	0 €	0%
Remodelação da rede de abastecimento de água de Borba - 3.ª fase (Qta. Prata)	2025	I	6	0 €	0 €	0 €	0%
Remodelação da rede de águas residuais (saneamento e águas pluviais)	2018	I	16	30 000 €	30 000 €	12 787 €	43%
Substituição das caixas de ramal domiciliário de saneamento	2019	I	3	1 000 €	1 300 €	1 292 €	99%
Equipamento para limpeza e desobstrução de esgotos	2021	I	6	37 000 €	37 000 €	0 €	0%
Limpeza Pública	2018	A	21	25 000 €	795 €	789 €	99%
Aquisição e requalificação de contentores e equipamentos de RSU	2018	I	20	91 500 €	74 850 €	8 708 €	12%
Protocolo POSEUR - Equipamento RSU	2019	I	6	1 077 €	1 077 €	0 €	0%
RecolhaBio	2023	I	16	28 000 €	48 250 €	21 073 €	44%
RecolhaBio	2025	A	4	500 €	250 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>1 087 577 €</b>	<b>1 134 972 €</b>	<b>362 938 €</b>	<b>32%</b>

### 3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS

O Município dispõe de uma equipa<sup>29</sup> de sapadores florestais. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas.

Estes profissionais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subsequentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

O funcionamento da equipa de Sapadores Florestais foi apoiado em 2025, por meio de candidatura submetida e aprovada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, até ao montante máximo de 55.000 EUR.

Desta forma, o investimento no “Programa Sapadores Florestais”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 116.000 EUR.

Durante o ano de 2025, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 91.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 31 - Programa Sapadores Florestais – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sapadores Florestais	2018	A	29	115 600 €	91 018 €	90 369 €	99%
Sapadores Florestais	2018	I	33	500 €	1 800 €	1 293 €	72%
<b>Total</b>				<b>116 100 €</b>	<b>92 818 €</b>	<b>91 663 €</b>	<b>99%</b>

<sup>29</sup> Equipa SP-03-183, aprovada pelo ICNF.

### 3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

O Parque de Máquinas e Viaturas do Município apresentava enormes fragilidades, uma vez que as máquinas e viaturas, na sua maioria, apresentavam um elevado número de anos de serviço, com desgaste relevante, necessitando, com muita frequência, de reparações bastante dispendiosas.

Assim, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem procedido, faseadamente, à aquisição de máquinas e viaturas, para efeitos de substituição, com a finalidade de modernizar a sua frota municipal, para poder dar resposta às funções que os serviços têm que desempenhar.

Desta forma, o investimento no “Parque de Máquinas e Viaturas e funcionamento dos serviços”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, o montante próximo dos 890.000 EUR.

Durante o ano de 2025, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante próximo dos 1.066.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 32 - Parque de Máquinas e Viaturas e Funcionamento dos Serviços – 2025

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Máquinas, viaturas e equipamentos	2018	I	4	164 544 €	260 709 €	253 508 €	97%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2020	I	1	10 000 €	10 000 €	9 631 €	96%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2022	A	2	500 €	500 €	360 €	72%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2020	I	2	8 500 €	8 500 €	8 348 €	98%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2022	A	3	450 €	450 €	312 €	69%
Funcionamento de máquinas, viaturas e equipamentos	2018	A	5	264 000 €	225 872 €	218 511 €	97%
Funcionamento dos Serviços Gerais e manutenção das instalações	2018	A	6	445 000 €	605 300 €	575 970 €	95%
<b>Total</b>				<b>892 994 €</b>	<b>1 111 330 €</b>	<b>1 066 639 €</b>	<b>96%</b>

#### 3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Município continuou a apostar na elaboração de candidaturas, com vista à implementação de medidas de eficiência energética, de forma a reduzir a sua pegada ambiental e os custos associados aos serviços de energia, dando continuidade, também, ao investimento em infraestruturas para a distribuição de iluminação pública, de modo a lograr, faseadamente, modernizar a iluminação pública no Concelho, procurando diminuir o elevado custo que suporta com a mesma.

Tal facto, levou o Município, no ano de 2018, a assumir o compromisso, com a CIMAC e os restantes municípios do Alentejo Central, de aderir a um contrato de eficiência energético, que lhe permitiria, reduzir os custos associados à rede de iluminação pública.

No âmbito do próximo quadro comunitário o Município ponderou a inclusão de um conjunto de candidaturas destinado à implementação de medidas de eficiência energética, com vista, não só a alcançar uma melhoria substancial na redução dos custos, mas também a assumir-se enquanto agente interventivo de mudança na redução da pegada ambiental e na contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável assumidos pelos Estados Membros da Comunidade Europeia.

Desta forma, o investimento em “Infraestruturas, iluminação pública e eficiência energética”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior aos 173.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2025, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução próxima dos 183.000 EUR, conforme mapa seguinte.

**Mapa 33 - Infraestruturas, Iluminação e Eficiência Energética – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Medidas de Eficiência Energética	2018	I	31	500 €	36 500 €	0 €	0%
Infraestruturas para distribuição de iluminação pública	2018	I	36	500 €	500 €	0 €	0%
Rede de Iluminação Pública	2018	A	30	57 000 €	65 700 €	65 583 €	100%
Fibra Ótica	2023	I	26	0 €	0 €	0 €	0%
Eficiência Energética - CIMAC	2020	A	2	57 800 €	59 800 €	59 723 €	100%
Contrato de Gestão de Eficiência Energética	2018	I	63	58 000 €	58 000 €	57 999 €	100%
<b>Total</b>				<b>173 800 €</b>	<b>220 500 €</b>	<b>183 306 €</b>	<b>83%</b>

### 3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA

O Município submeteu, em 2022, uma candidatura ao ICNF<sup>30</sup> para construção de um CRO<sup>31</sup>, de modo a dar cumprimento às políticas de respeito pelo bem-estar animal.

A construção do CRO implica a assunção, pelo Município, de uma política responsável, de modo a promover a captura e tratamento de animais errantes, executando ações com vista a reduzir o abandono, fomentando a adoção responsável.

Será também de grande importância a disponibilização de informação atempada e útil sobre os animais em condições de serem adotados, permitindo a visita dos mesmos, com vista a que sejam atingidas altas taxas de adoção.

Para o efeito, será necessário dar continuidade ao serviço de medicina veterinária, cada vez mais atento às necessidades do Concelho, com a aplicação de vacinação e a resolução de situações emergentes e gestão técnica do CRO.

Em 2025 foi aprovada uma candidatura junto da DGAV para aquisição de uma viatura e melhoria da sala de cirurgia.

Desta forma, o investimento no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia”, no ano de 2025, assumiu um valor residual da empreitada que foi de pouco mais de 11.000 EUR.

Durante o ano de 2025, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia” em montante próximo dos 55.000 EUR, através sobretudo de despesas de funcionamento, conforme mapa seguinte.

**Mapa 34 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Centro de Recolha Oficial de Animais	2020	I	7	10 000 €	59 480 €	11 422 €	19%
Centro de Recolha Oficial de Animais (Funcionamento)	2025	A	3	35 000 €	46 574 €	43 871 €	94%
<b>Total</b>				<b>45 000 €</b>	<b>106 054 €</b>	<b>55 293 €</b>	<b>52%</b>

<sup>30</sup> Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

<sup>31</sup> Centro de Recolha Oficial de animais de companhia.

### 3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para plena execução do orçamento, o Município teve que fazer face a despesa com ativos e passivos financeiros, entendendo-se que o mesmo se trata de uma boa prática, quando para resposta às elevadas competências do Município se procura garantir a sua sustentabilidade atual e futura.

No que respeita aos passivos financeiros, foi inscrito, em sede de orçamento inicial, um montante para fazer face ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados, quer ao nível da sua amortização anual, quer ao nível dos encargos com juros, tendo a execução dos mesmos ocorrido de acordo com o serviço da dívida previsto nos respetivos empréstimos de médio e longo prazos.

Desta forma, o investimento em “Ativos e passivos financeiros”, no ano de 2025, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 484.000 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas, permitiram uma execução próxima dos 473.000 EUR, através do cumprimento pleno dos contratos em vigor e do cumprimento do serviço da dívida com as alterações decorrentes nas taxas de juro dos empréstimos contratados pelo Município, conforme mapa seguinte.

**Mapa 35 - Ativos e Passivos Financeiros – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Amortização de Empréstimos	2018	I	7	375 400 €	375 400 €	375 393 €	100%
Encargos com juros	2018	A	36	109 500 €	97 465 €	97 163 €	100%
<b>Total</b>				<b>484 900 €</b>	<b>472 865 €</b>	<b>472 556 €</b>	<b>100%</b>

### 3.2.4.3.7. ESTRATÉGIA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS INTELIGENTES

No âmbito da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI), o Município de Borba integrou a candidatura supramunicipal “Alentejo Central +Inteligente – ACRI”, desenvolvida em parceria com outros municípios da CIMAC, sob a coordenação da mesma.

Durante o exercício de 2025, não se registou execução orçamental associada a este projeto, atendendo a que o mesmo se encontrava ainda em fase de arranque, nomeadamente ao nível da formação e capacitação de técnicos, criação e aprovação de Planos de Ação Locais/Regionais de Territórios Inteligentes, definição dos modelos de governação e planeamento das intervenções a desenvolver e lançamento dos procedimentos de concursos públicos internacionais, por via da Central de Compras da CIMAC, em parceria com os municípios envolvidos. Neste contexto, a execução financeira do projeto encontra-se prevista para o exercício de 2026, em função da progressiva operacionalização das ações contratualizadas

**Mapa 36 - Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes – 2025**

Projeto				Orçamento de 2025			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes	2025	I	1	63 550 €	63 550 €	0 €	0%
<b>Total</b>				<b>63 550 €</b>	<b>63 550 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0%</b>

## IV. ANÁLISE FINANCEIRA

### 4.1. BALANÇO

#### 4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO

O “Ativo” do Município de Borba assumiu, no final de 2025, um montante próximo dos 35,9 milhões de euros, representando uma diminuição de cerca de 2% face a 2024 (correspondendo a uma diminuição superior a 780.000EUR), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 36 - Evolução do Ativo - 2024/2025

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>Ativo não corrente</b>	<b>34 144 352,54</b>	<b>32 967 222,44</b>	<b>-3,45%</b>	<b>-1 177 130,10</b>
Ativos fixos tangíveis	33 109 259,59	32 004 466,28	-3,34%	-1 104 793,31
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00%	0,00
Ativos intangíveis	277 066,45	271 137,49	-2,14%	-5 928,96
Investimentos Participações financeiras	201 433,72	198 490,50	-1,46%	-2 943,22
Diferimentos	555 139,79	493 128,17	-11,17%	-62 011,62
Outras contas a receber	1 452,99	0,00	-100,00%	-1 452,99
<b>Ativo corrente</b>	<b>2 568 563,14</b>	<b>2 957 692,91</b>	<b>15,15%</b>	<b>389 129,77</b>
Inventários	293 677,59	320 968,52	9,29%	27 290,93
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	101 323,63	72 135,03	-28,81%	-29 188,60
Clientes, contribuintes e utentes	486 335,71	287 826,71	-40,82%	-198 509,00
Estado e outros entes públicos	2 837,37	2 833,38	-0,14%	-3,99
Outras contas a receber	766 500,47	1 160 020,65	51,34%	393 520,18
Diferimentos	66 085,25	97 471,03	47,49%	31 385,78
Caixa e depósitos	851 803,12	1 016 437,59	19,33%	164 634,47
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>36 712 915,68</b>	<b>35 924 915,35</b>	<b>-2,15%</b>	<b>-788 000,33</b>

Estas rubricas apresentam desempenhos de crescimento regulares face a anos anteriores.

As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 3, 5, 18.2 e 30.6 das “Demonstrações Financeiras”.

No que respeita ao “Ativo corrente”, verifica-se um aumento próximo dos 389.000 EUR face a 31/12/2024 (15%). Para esta variação verificam-se contributos de praticamente todas as rubricas que o compõem, sendo de salientar, o aumento de cerca de 393.000 EUR em “Outras Contas a Receber” (51%), e, de cerca de 164.000 em “Caixa e Depósitos”, bem como as diminuições em “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” (cerca de -72.000 EUR, i.e., -29%) e “Clientes, Contribuintes e Utentes” (cerca de 198.000 EUR, i.e., -41%).

As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 1.3, 9, 10 e 18.1 das “Demonstrações Financeiras”.

#### 4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No que respeita ao “Património líquido”, o mesmo apresenta uma evolução positiva superior a 34 mil euros (0,12%) em comparação com o período homólogo, conforme mapa seguinte.

Mapa 37 - Evolução do Património Líquido - 2024/2025

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
Património/Capital	20 797 571,29	20 797 571,29	0,00%	0,00
Reservas			0,00%	0,00
Resultados transitados	-2 070 188,31	-2 881 878,41	39,21%	811 690,10
Ajustamentos em ativos financeiros			0,00%	0,00
Outras variações no património líquido	11 987 359,26	13 347 176,98	11,34%	1 359 817,72
Resultado líquido do período	-811 690,10	-1 324 944,02	63,23%	513 253,92
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>29 903 052,14</b>	<b>29 937 925,84</b>	<b>0,12%</b>	<b>34 873,70</b>

O valor verificado no “Património líquido” foi fortemente motivado pela diminuição nos “Resultados transitados” (menos 811.000 EUR, respeitante aos resultados líquidos negativos de 2024) e nos “Resultados líquidos do período”, face a 2024, (513 mil euros).

O “Património líquido” também foi afetada positivamente pela rubrica “Outras variações no património líquido”, em montante superior a 1,3 milhões de euros (11,34%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.1 das “Demonstrações Financeiras”.

#### 4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO

No que respeita ao “Passivo”, o Município fechou o exercício de 2025 com um valor abaixo dos a 6 milhões de euros, sendo constituído em 57% por “Passivo não corrente” e em 43% por “Passivo corrente”.

Mapa 38 - Evolução do Passivo - 2024/2025

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 216 298,37</b>	<b>3 401 455,60</b>	<b>-19,33%</b>	<b>-814 842,77</b>
Provisões	482 968,61	454 248,76	-5,95%	-28 719,85
Financiamentos obtidos	3 395 304,28	2 614 379,86	-23,00%	-780 924,42
Diferimentos	0,00	0,00	0,00%	0,00
Outras contas a pagar	338 025,48	332 826,98	-1,54%	-5 198,50
<b>Passivo corrente</b>	<b>2 593 565,17</b>	<b>2 585 533,91</b>	<b>-0,31%</b>	<b>-8 031,26</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	473 686,33	415 687,08	-12,24%	-57 999,25
Fornecedores	55 115,06	42 299,88	-23,25%	-12 815,18
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	42 355,00	28 850,00	-31,89%	-13 505,00
Estado e outros entes públicos	0,00	71 428,45	100,00%	71 428,45
Financiamentos obtidos	405 531,69	387 552,91	-4,43%	-17 978,78
Fornecedores de investimentos	30 773,76	0,00	-100,00%	-30 773,76
Outras contas a pagar	824 035,39	1 346 519,12	63,41%	522 483,73
Diferimentos	1 167 599,63	293 196,47	-74,89%	-874 403,16
<b>Total do Passivo</b>	<b>6 809 863,54</b>	<b>5 986 989,51</b>	<b>-12,08%</b>	<b>-822 874,03</b>

Comparativamente ao período homologado, o total do “Passivo” apresentou uma diminuição superior a 822.000 EUR (-12%), refletindo-se o mesmo em valores próximos dos 814.000 EUR no “Passivo não corrente” (-19%) e dos 8.000 EUR no “Passivo corrente” (correspondendo a -0,3%).

As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 7, 15, 18.3 e 30.7 das “Demonstrações Financeiras”.

## 4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### 4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Os “Rendimentos” do ano de 2025 aumentaram, em montante, mais de 1,1 milhão de euros (+10%), para um montante superior a 12,5 milhões de euros, conforme mapa seguinte.

Mapa 39 - Evolução dos Rendimentos - 2024/2025

RUBRICAS	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
Impostos, contribuições e taxas	1 224 036,76	1 955 790,14	60%	731 753,38
Vendas	622 608,81	641 750,85	3%	19 142,04
Prestações de serviços e concessões	1 323 499,13	1 331 387,36	1%	7 888,23
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 947 855,15	7 510 409,49	8%	562 554,34
Trabalhos para a própria entidade	373 380,62	0,00	-100%	-373 380,62
Imparidade de inventários e ativos biológicos	1 344,44	-635,08	-147%	-1 979,52
Provisões (reduções)	0,00	28 719,85	100%	28 719,85
Outros rendimentos e ganhos	929 445,72	1 081 412,08	16%	151 966,36
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0%	0,00
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS</b>	<b>11 422 170,63</b>	<b>12 548 834,69</b>	<b>109,86%</b>	<b>1 126 664,06</b>

Para o referido aumento nos “Rendimentos”, bastante contribuíram os aumentos que se verificaram em “Transferências e subsídios correntes obtidos”, em cerca de 562.000 EUR (+8%), respeitante às transferências de Orçamento de Estado respeitantes ao Fundo de Financiamento da Descentralização (receitas respeitantes à descentralização de competências na área da Saúde, Ação Social e Educação, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), em “Impostos, Contribuições e Taxas” (+60%), em montante próximo dos 731.000 EUR.

Em sinal contrário, apuraram-se diminuições significativas em “Trabalhos para a própria entidade”, em montante superior a 373.000 EUR.

As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 13, 14 e 30.2 das “Demonstrações Financeiras”.

#### 4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS

No que respeita à evolução dos “Gastos”, verifica-se que os mesmos totalizaram cerca de 13,8 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de cerca de 1,6 milhões de euros, face ao ano anterior, conforme mapa seguinte.

Mapa 40 - Evolução dos Gastos - 2024/2025

RUBRICAS	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 110 809,38	1 240 688,07	12%	129 878,69
Fornecimentos e serviços externos	2 208 279,89	2 734 907,42	24%	526 627,53
Gastos com pessoal	5 042 832,06	6 110 635,15	21%	1 067 803,09
Transferências e subsídios concedidos	757 176,20	875 123,44	16%	117 947,24
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	0,00	0%	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	299 313,51	100%	299 313,51
Provisões (aumentos)	1 055,73	0,00	-100%	-1 055,73
Outros gastos e perdas	226 610,87	275 957,40	22%	49 346,53
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2 755 878,00	2 227 303,56	-19%	-528 574,44
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0%	0,00
Juros e gastos similares suportados	131 812,60	109 850,16	-17%	-21 962,44
<b>TOTAL DOS GASTOS</b>	<b>12 234 454,73</b>	<b>13 873 778,71</b>	<b>13,40%</b>	<b>1 639 323,98</b>

Este aumento face ao ano anterior, próximo dos 13%, justifica-se por um conjunto de fatores, nomeadamente:

- O aumento de “Gastos com pessoal”, em mais de 1 milhão de euros (+21%), justificado pelo aumento de custos respeitantes à contratação de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, com conseqüente acréscimo de custos com “subsídio de refeição”, “subsídio de férias”, “subsídio de Natal”, e “Encargos sobre remunerações”. De referir ainda um considerável aumento com “trabalho extraordinário”. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 19.1 das “Demonstrações Financeiras”;
- O aumento do custo com “Fornecimento e Serviços Externos”, em mais de 526.000 EUR (+24%), resultante, essencialmente do aumento de gastos com serviços de saneamento e com serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.2 das “Demonstrações Financeiras”.

#### 4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurou-se em **-1.324.944,02 EUR**, o que representa a continuidade de apuramento de resultados negativos nas contas do Município, conforme mapa seguinte.

Mapa 41 - Evolução dos Resultados - 2024/2025

RUBRICAS	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 075 406,50	1 012 209,70	-51,23%	-1 063 196,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<b>-680 471,50</b>	<b>-1 215 093,86</b>	78,57%	-534 622,36
Resultado líquido do período	<b>-811 690,10</b>	<b>-1 324 944,02</b>	63,23%	-513 253,92

O apuramento de resultados líquidos negativos no período é fortemente influenciado pelo:

- O aumento de “Gastos com pessoal”, em mais de 1 milhão de euros (+21%), justificado pelo aumento de custos respeitantes à contratação de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, com conseqüente acréscimo de custos com “subsídio de refeição”, “subsídio de férias”, “subsídio de Natal”, e “Encargos sobre remunerações”. De referir ainda um considerável aumento com “trabalho extraordinário”. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 19.1 das “Demonstrações Financeiras”;
- O aumento do custo com “Fornecimento e Serviços Externos”, em mais de 526.000 EUR (+24%), resultante, essencialmente do aumento de gastos com serviços de saneamento e com serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.2 das “Demonstrações Financeiras
- os aumentos que se verificaram em “Transferências e subsídios correntes obtidos”, em cerca de 562.000 EUR (+8%), respeitante às transferências de Orçamento de Estado respeitantes ao Fundo de Financiamento da Descentralização (receitas respeitantes à descentralização de competências na área da Saúde, Ação Social e Educação, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto),
- O aumento que se verificou em “Impostos, Contribuições e Taxas” (+60%), em montante próximo dos 731.000 EUR.

Acresce ainda referir que a análise da situação do Município, em relação a “Rendimentos e Ganhos”, “Gastos e perdas” e “Resultados” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nas notas 13,14 e 30 do “Demonstrações Financeiras”.

#### 4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa do ano de 2025, quando comparado com o período homólogo, pode muito sucintamente, resumir-se, conforme mapa seguinte.

Mapa 42 - Resumo de Demonstração de Fluxos de Caixa - 2024/2025

FLUXOS DE CAIXA	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	944 843,98	628 567,34	-33,47%	-316 276,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	19 465,39	10 645,24	-45,31%	-8 820,15
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-511 421,66	-474 578,11	-7,20%	36 843,55
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>452 887,71</b>	<b>164 634,47</b>	-63,65%	-288 253,24
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>398 915,11</b>	<b>851 803,12</b>	113,53%	452 888,01
De execução orçamental	323 753,29	768 345,41	137,32%	444 592,12
De operações de tesouraria	75 161,82	83 457,71	11,04%	8 295,89
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>851 803,12</b>	<b>1 016 437,59</b>	19,33%	164 634,47
De execução orçamental	768 345,41	918 907,84	19,60%	150 562,43
De operações de tesouraria	83 457,71	97 529,75	16,86%	14 072,04

Acresce ainda referir que a “Demonstração dos Fluxos de Caixa” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nas “Demonstrações Financeiras”, constando ainda especificações sobre estas nas notas 1.3 e 14 das referidas “Demonstrações Financeiras”.

#### 4.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Apresentam-se, de seguida, alguns dos principais indicadores económico-financeiros, de liquidez, atividade, rentabilidade e estrutura financeira, apurados para o período de 2021 a 2025.

Mapa 43 - Indicadores económico-financeiros - 2021/2025

Tipo	Indicador	Forma de cálculo	2021	2022	2023	2024	2025
Liquidez (*)	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo corrente (ou CP)}}{\text{Passivo corrente (ou CP)}}$	1,25	1,40	0,87	1,21	1,36
	Liquidez Reduzida	$\frac{\text{(Ativo Corrente-Inventários)/Passivo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	1,08	1,18	0,74	1,07	1,22
	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Corrente}}$	0,39	0,37	0,17	0,39	0,47
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Volume de negócios}} * 100$	-44,97	-99,98	-74,60	-34,97	-61,58
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Património Líquido}} * 100$	-2,33	-5,14	-4,93	-2,71	-4,43
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Ativo}} * 100$	-1,66	-4,00	-3,58	-1,85	-3,38
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	0,83	0,82	0,79	0,81	0,83
	Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	4,72	4,71	3,78	4,39	5,00
	Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	0,17	0,18	0,21	0,19	0,17

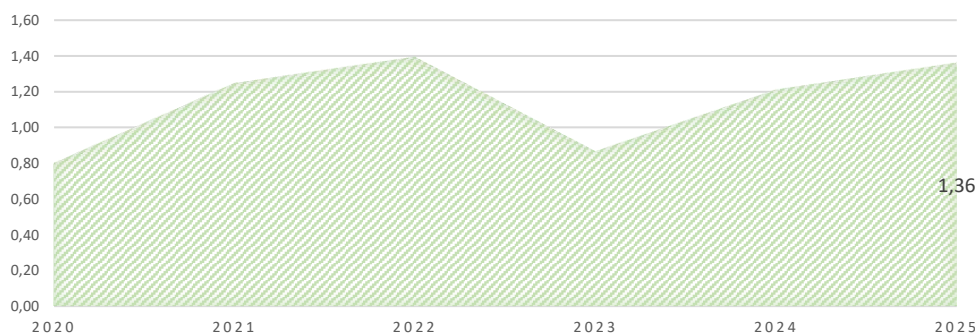
#### 4.4.1. LIQUIDEZ GERAL

A liquidez geral trata-se de um indicador que relaciona, por meio de um rácio, o ativo de curto prazo com o passivo de curto prazo, com o objetivo de medir a capacidade que o Município tem para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pretende-se com o indicador relacionar agregados do ativo que sejam facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo, de modo a avaliar as dificuldades de tesouraria.

Assim, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município para fazer face às responsabilidades no curto prazo. Entre 2024 e 2025 verificou-se uma melhoria considerável no indicador quando comparado com o ano de 2023. No final de 2025, o valor aproxima-se bastante do máximo de 2022.

Gráfico 1 - Liquidez Geral - 2020/2025

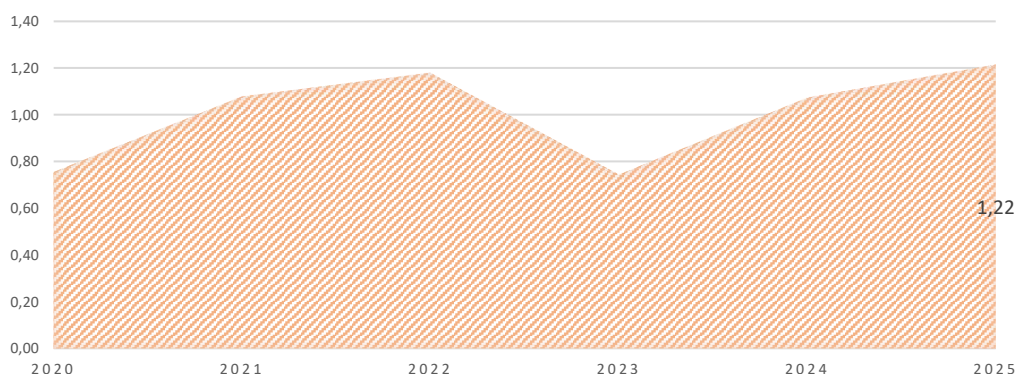


#### 4.4.2. LIQUIDEZ REDUZIDA

O indicador de liquidez reduzida assume uma interpretação idêntica ao referido para a liquidez geral, pese embora a rapidez da satisfação da dívida seja agora analisada de uma forma mais restrita, isto é, não tendo em consideração o valor das existências. Desta forma, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município, para com rapidez fazer face às responsabilidades.

No período de 2024-2025 verificou-se uma melhoria no indicador, tendo inclusive culminado no melhor registo dos últimos anos. Em 2025 e a tendência é de crescimento.

Gráfico 2 - Liquidez Reduzida - 2020/2025



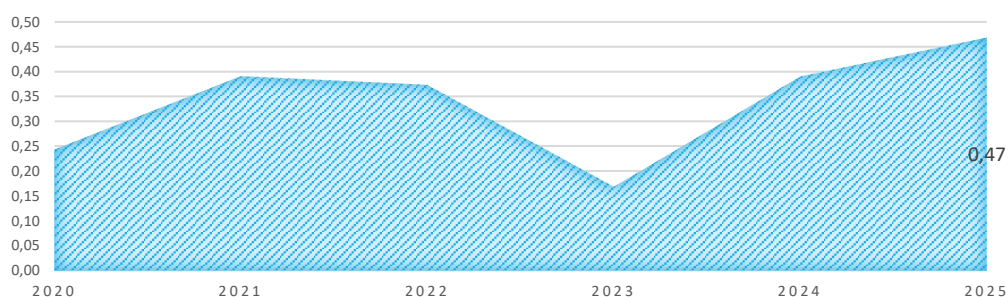
#### 4.4.3. LIQUIDEZ IMEDIATA

Este indicador mede o grau em que os créditos de curto prazo estão passíveis de ser cobertos pelas disponibilidades do Município.

Em 2021, pelo apuramento do indicador determinou-se que 39% do passivo de curto prazo do Município se encontrava coberto pelas suas disponibilidades, no entanto o cálculo constante do indicador revela que esse valor reduziu substancialmente até final de 2023 (- 22 pontos base e -55% face ao ano anterior).

Contudo este valor tem vindo a recuperar, e em 2025, 47%, do passivo de curto prazo do Município encontra-se coberto pelas suas disponibilidades, devendo dar-se particular importância à evolução do mesmo, de forma a manter estes valores

**Gráfico 3 - Liquidez Imediata - 2020/2025**



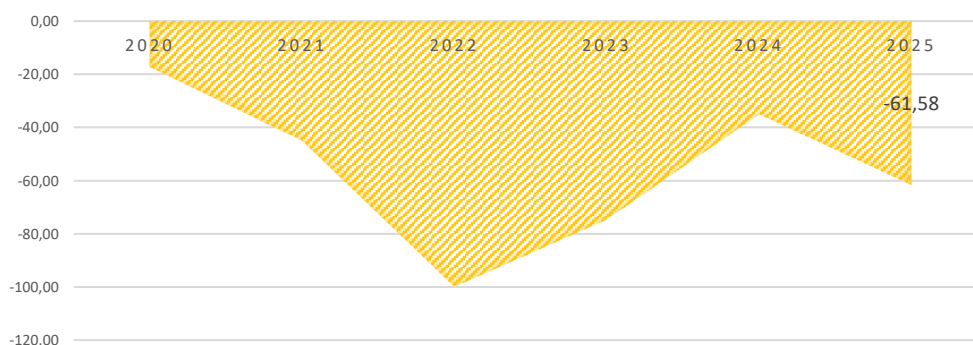
#### 4.4.4. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN)

Este rácio indica a margem final obtida através das vendas e prestações de serviços do Município. Os valores para este rácio serão tanto melhores quanto maior for o valor apurado.

Em 2021, o indicador entrou em terreno negativo, pelo facto de os resultados operacionais apresentarem valor negativo (em grande parte pelas depreciações apuradas em resultado das novas regras originadas pela transição de sistema contabilístico). No período 2022-2023 manteve-se a tendência com agravamento.

No ano de 2024, verifica-se uma tendência para o desagramento face ao período homólogo, apesar de ainda negativo, uma vez que o crescimento verificado nas vendas e prestações de serviços é manifestamente insuficiente para cobrir os resultados operacionais apurados, conforme se pode verificar no gráfico seguinte. Em 2025 verifica-se novo retrocesso face a 2024.

**Gráfico 4 - Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios - 2020/2025**

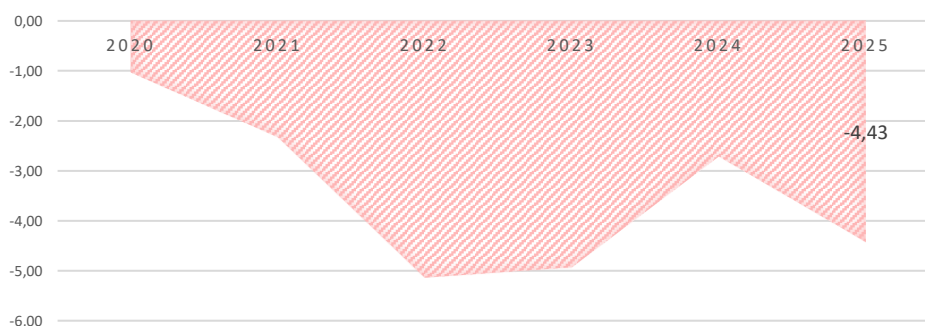


#### 4.4.5. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL)

A “Rentabilidade do património líquido” é um indicador de desempenho dos capitais investidos, independentemente da forma de financiamento. Este indicador apresenta o peso dos resultados líquidos no património líquido, determinando a sobrevivência financeira no longo prazo e a atração de capitais alheios.

Nos últimos 5 exercícios económicos verifica-se que o indicador, tem apresentado valores negativos devido ao desempenho dos resultados líquidos. No final de 2024, o indicador apresenta um ligeiro desagravamento, uma vez que o resultado líquido apurado se mantém em terreno negativo, mas ligeiramente melhores que os apurados no período transato, contudo em 2025 o valor volta a agravar conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 5 - Rentabilidade do Património Líquido - 2020/2025

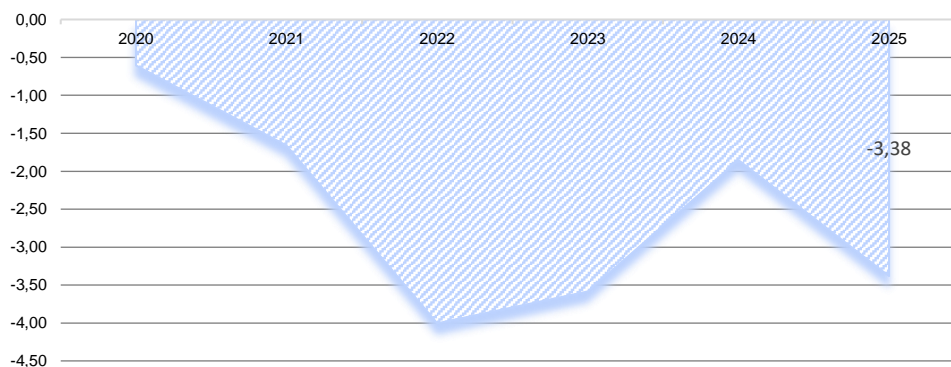


#### 4.4.6. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA)

Este indicador transmite informação sobre a capacidade de os ativos do Município gerarem resultados para sua sustentabilidade financeira.

Pela medição deste indicador nos 5 últimos exercícios económicos demonstra-se que o indicador tem trilhado terreno negativo, uma vez que foram apurados resultados operacionais negativos. Em 2024, apesar de negativo, fruto de uma “quase estabilização” do ativo e de uma ligeira melhoria nos resultados operacionais negativos (apesar de negativos), apresentou melhores resultados, contudo em 2025 voltou quase aos valores de 2023, conforme gráfico seguinte. 2025.

Gráfico 6 - Rentabilidade Operacional do Ativo - 2020/2025



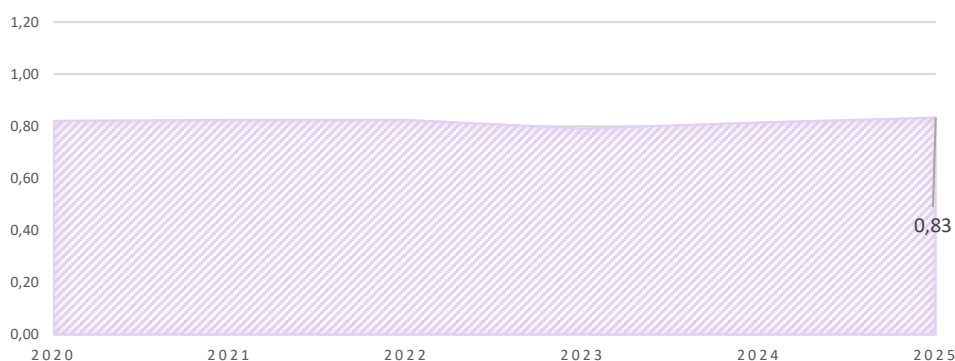
#### 4.4.7. AUTONOMIA FINANCEIRA

A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade do Município, através da comparação entre “Património líquido” e “Ativo”. Assim, quanto maior o grau de “Autonomia financeira”, maior será a capacidade de o Município fazer face aos seus compromissos financeiros de longo prazo.

Este indicador mantém um valor muito estável no período em análise.

No final de 2025 verifica-se uma ligeira melhoria no indicador, onde o indicador volta a aproximar-se dos máximos de 2021.

Gráfico 7 - Autonomia Financeira - 2020/2025

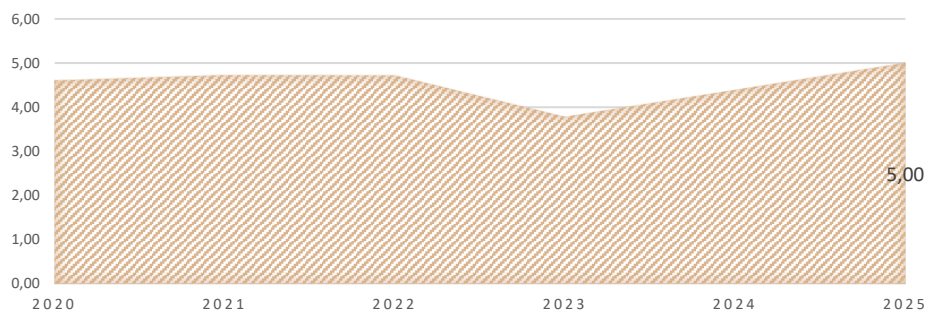


#### 4.4.8. SOLVABILIDADE

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Património líquido do Município no total do Passivo. Assim, quanto mais elevado o indicador, melhor solução existe para com o Património líquido, se fazer face a dívidas de curto, médio e longo prazos.

No período 2021 a 2023, nota-se um agravamento do indicador, uma vez que apesar de o património líquido diminuir cerca de 2,31%, o passivo diminuiu 2,13%, absorvendo assim a diminuição do património. No final de 2024 verifica-se uma melhoria significativa do indicador, devido sobretudo à diminuição do passivo. Em 2025, esta tendência é reforçada, atingido o valor máximo dos últimos 5 anos, conforme mapa seguinte.

Gráfico 8 - Solvabilidade - 2020/2025

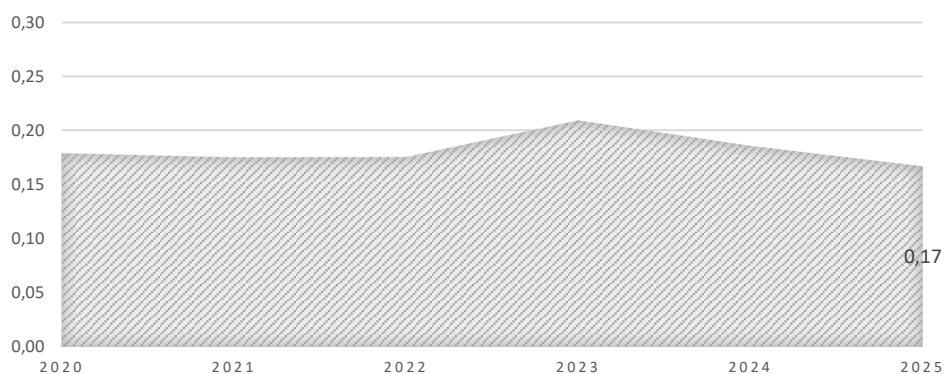


#### 4.4.9. ENDIVIDAMENTO

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Passivo no Ativo do Município. Assim, quanto mais elevado se apresentar, maior será o endividamento do Município, visto aumentar a diferença entre Ativo e Passivo.

Este valor manifestou uma tendência de agravamento entre 2021 e 2023, contudo a partir de 2024 inverteu essa tendência e, em 2025, verifica-se uma tendência de melhoria mais acentuada com o Passivo a recuar para 17% de peso no total do Ativo.

Gráfico 9 - Endividamento - 2021/2025



#### 4.5. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

##### 4.5.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O Município terminou 2025 com um endividamento de 3,8 milhões de euros, uma diminuição superior a 454.000 EUR (-11%) face a 31/12/2024, pelo cumprimento do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos e do contrato de gestão de eficiência energética, conforme mapa seguinte e mapa respeitante ao endividamento municipal por maturidade.

Mapa 44 - Evolução do Endividamento - 2024/2025

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>Total do Passivo</b>	6 809 863,54	5 986 989,51	-12,08%	-822 874,03
Operações de Tesouraria	83 457,71	97 529,75	16,86%	14 072,04
Fundo de Apoio Municipal				
Provisões	482 968,61	454 248,76	-5,95%	-28 719,85
Diferimentos	1 167 599,63	293 196,47	-74,89%	-874 403,16
Credores por acréscimos de gastos	805 063,34	1 325 482,88	64,64%	520 419,54
<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>4 270 774,25</b>	<b>3 816 531,65</b>	<b>-10,64%</b>	<b>-454 242,60</b>

#### 4.5.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE

As dívidas de curto prazo representam um aumento na ordem dos 390.000 EUR para cerca de 596.000 EUR e as dívidas de médio e longo prazo diminuíram cerca de 845.000 EUR para 3,816 milhões de euros.

Mapa 45 - Endividamento Municipal por maturidade - 2024/2025

MATURIDADE	DESCRIÇÃO	31/12/2024	21/12/2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
CURTO PRAZO	Fornecedores	55 115,06	42 299,88	-23,25%	-12 815,18
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no curto prazo	57 999,24	57 999,24	0,00%	0,00
	Credores diversos	94 798,99	49 579,43	-47,70%	-45 219,56
	Estado e outros entes públicos	-2 837,37	71 428,45	-2617,42%	74 265,82
	Financiamentos Obtidos - Exigível a curto prazo	0,00	375 392,72	0,00%	375 392,72
	<b>TOTAL DE CURTO PRAZO</b>	<b>205 075,92</b>	<b>596 699,72</b>	<b>190,97%</b>	<b>391 623,80</b>
MÉDIO E LONGO PRAZOS	Financiamentos Obtidos - Exigível a M/L prazo	3 395 303,53	2 626 540,05	-22,64%	-768 763,48
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no M/L prazo	415 687,09	357 687,85	-13,95%	-57 999,24
	Outras contas a pagar - (Doação com encargos e concessões)	41 840,55	23 009,04	-45,01%	-18 831,51
	Outras contas a pagar - Concessões	212 867,16	212 595,00	-0,13%	-272,16
	<b>TOTAL DE M/L PRAZO</b>	<b>4 065 698,33</b>	<b>3 219 831,94</b>	<b>-20,80%</b>	<b>-845 866,39</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4 270 774,25</b>	<b>3 816 531,66</b>	<b>-10,64%</b>	<b>-454 242,59</b>

Sobre o mapa anterior importa ainda referir que em “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis” constam os valores referentes ao projeto de Eficiência energética. Neste mapa é possível identificar os valores referentes a curto prazo e a médio de longo prazo, no entanto no balanço não é possível fazer essa distinção, atendendo ao facto da conta não estar desagregada com essa diferenciação, encontrando-se todo o valor registado no “passivo não corrente”.

#### 4.5.3. DÍVIDA GLOBAL

Nos termos do RFALEI<sup>32</sup>, a dívida global não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.

Esta dívida engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, relevando ainda para efeitos deste cálculo os valores referentes às entidades participadas.

No entanto, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com

**32 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais**, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2021, de 31 de março e pela Lei n.º 66/2021, de 4 de novembro.

comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, que o Município não detém à data.

Nestes termos, para efeitos de cálculo da dívida global do Município de Borba, o valor total apurado é de 3,8 milhões de euros, o que compara com os 4,2 milhões de euros apurados no final de 2024. Assim, o Município dá cumprimento ao previsto o limite da dívida total imposta pelo RFALEI, com uma margem bastante considerável (superior a 9,8 milhões de euros), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 46 - Dívida Global - 2024/2025

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>1 - Limite da Dívida Total</b>	<b>11 646 398,36</b>	<b>13 666 315,50</b>	<b>17,34%</b>	<b>2 019 917,14</b>
<b>2 - Dívida Total de Operações Orçamentais</b>	<b>4 270 774,25</b>	<b>3 816 531,65</b>	<b>-10,64%</b>	<b>-454 242,60</b>
Dívida Total	4 270 774,25	3 816 531,65	-10,64%	-454 242,60
Empréstimos bancários excluídos do cálculo	0,00	0,00	0,00%	0,00
<b>3 - Contribuição das Participadas</b>	<b>39 711,20</b>	<b>16 665,92</b>	<b>-58,03%</b>	<b>-23 045,28</b>
CIMAC	39 531,24	16 507,84	41,76%	-23 023,40
AMPV	179,96	158,08	87,84%	-21,88
ANMP	0,00	179,96	100,00%	179,96
<b>4 - Dívida Global (2) +(3)</b>	<b>4 310 485,45</b>	<b>3 833 197,57</b>	<b>88,93%</b>	<b>-477 287,88</b>
<b>5 - MARGEM DE ENDIVIDAMENTO (1)-(4)</b>	<b>7 335 912,91</b>	<b>9 833 117,93</b>	<b>34,04%</b>	<b>2 497 205,02</b>

## V. ANÁLISE ORÇAMENTAL

### 5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA

No exercício orçamental em análise, a receita cobrada atingiu um montante superior a 13,1 milhões de euros e uma taxa de execução de cerca de 69%. As receitas correntes corresponderam a 82,1% do total da receita total arrecada, a receita de capital a 12% e as outras receitas a 5,9%.

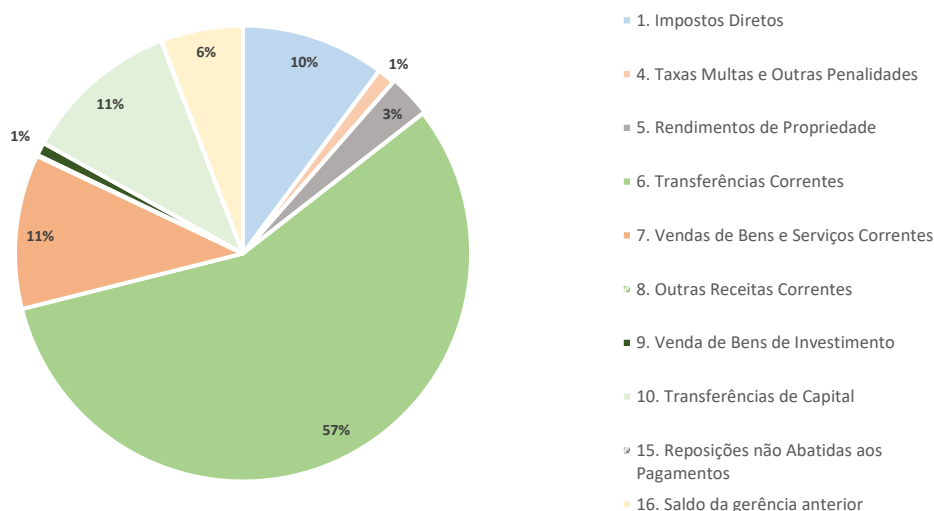
A receita corrente aumentou mais de 0,8 milhões EUR (7,9%), devido, essencialmente, ao aumento verificado nos impostos diretos (30%). A receita de capital sofreu um acréscimo de 19,7% face ao ano anterior, devido sobretudo ao aumento das vendas de bens de investimento e das transferências de capitais.

Mapa 47 - Execução da Receita – 2025

Designação	2024	2025				Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
	Receita Cobrada	Receita Prevista	Receita Cobrada	Tx. Execução	% no Total		
1. Impostos Diretos	1 029 759,85	1 112 000,00	1 343 420,90	120,8%	10,2%	30,5%	313 661,05
Imposto municipal sobre imóveis	572 094,33	580 350,00	589 955,40	101,7%	4,5%	3,1%	17 861,07
Imposto único de circulação	175 781,69	170 100,00	185 370,07	109,0%	1,4%	5,5%	9 588,38
Imposto municipal sobre transmissões	246 337,56	322 950,00	514 314,47	159,3%	3,9%	108,8%	267 976,91
Derrama	35 546,27	38 600,00	53 780,96	139,3%	0,4%	51,3%	18 234,69
2. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,00
4. Taxas Multas e Outras Penalidades	177 878,97	213 450,00	165 532,10	77,6%	1,3%	-6,9%	-12 346,87
5. Rendimentos de Propriedade	405 059,66	377 400,00	399 706,24	105,9%	3,0%	-1,3%	-5 353,42
6. Transferências Correntes	7 034 900,22	7 517 975,02	7 466 406,03	99,3%	56,6%	6,1%	431 505,81
7. Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 375 209,56	1 716 450,00	1 444 244,77	84,1%	11,0%	5,0%	69 035,21
8. Outras Receitas Correntes	19 278,73	12 724,98	11 339,11	89,1%	0,1%	-41,2%	-7 939,62
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>10 042 086,99</b>	<b>10 950 000,00</b>	<b>10 830 649,15</b>	<b>98,9%</b>	<b>82,1%</b>	<b>7,9%</b>	<b>788 562,16</b>
9. Venda de Bens de Investimento	10 389,50	20 300,00	121 770,50	599,9%	0,9%	1072,1%	111 381,00
10. Transferências de Capital	1 307 276,08	7 184 705,60	1 462 613,03	20,4%	11,1%	11,9%	155 336,95
11. Ativos	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,00
12. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,00
13. Outras Receitas Capital	6 305,00	306,90	0,00	0,0%	0,0%	-100,0%	-6 305,00
<b>Total das Receitas Capital</b>	<b>1 323 970,58</b>	<b>7 205 312,50</b>	<b>1 584 383,53</b>	<b>22,0%</b>	<b>12,0%</b>	<b>19,7%</b>	<b>260 412,95</b>
15. Reposições não Abatidas aos Pagamentos	615,33	100,00	4 783,64	4783,6%	0,0%	677,4%	4 168,31
16. Saldo da gerência anterior	323 753,59	768 345,41	768 345,41	100,0%	5,8%	137,3%	444 591,82
<b>Total das Outras Receitas</b>	<b>324 368,92</b>	<b>768 445,41</b>	<b>773 129,05</b>	<b>100,6%</b>	<b>5,9%</b>	<b>138,3%</b>	<b>448 760,13</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>11 690 426,49</b>	<b>18 923 757,91</b>	<b>13 188 161,73</b>	<b>69,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,8%</b>	<b>1 497 735,24</b>

Quanto à sua repartição, as “transferências correntes” são a maior fonte de financiamento da atividade municipal, com mais de 57% do total da receita, seguida das das “transferências de capital” (cerca de 13,5%), das “vendas de bens e serviços correntes” (cerca de 13%) e dos “impostos diretos” (cerca de 10%).

**Gráfico 10 - Repartição da Receita – 2025**



### 5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos aumentaram cerca de 313.000 EUR (-6,6%) comparativamente com o ano anterior. O maior responsável por este aumento na receita foi o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que apresenta um aumento superior a 267.000 EUR (108%), o Imposto Municipal sobre Imóveis se verificou um acréscimo próximo dos 17.000 EUR (3,1%) e no Imposto Único de Circulação e na Derrama se verificaram aumentos na angariação de receita face ao período homólogo, no montante conjunto, de cerca de 27.000 EUR (+3% e +51%, respetivamente).

**Mapa 48 - Impostos diretos - 2024/2025**

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>1. Impostos Diretos</b>	<b>1 029 759,85</b>	<b>1 343 420,90</b>	<b>30,46%</b>	<b>313 661,05</b>
Imposto municipal sobre imóveis	572 094,33	589 955,40	3,12%	17 861,07
Imposto único de circulação	175 781,69	185 370,07	5,45%	9 588,38
Imposto municipal sobre transmissões	246 337,56	514 314,47	108,78%	267 976,91
Derrama	35 546,27	53 780,96	51,30%	18 234,69

### 5.1.2. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

As taxas, multas e outras penalidades diminuíram cerca de 12.300 EUR (cerca de -7%). Tal fato é justificado, essencialmente, pela diminuição da rubrica “Loteamentos e Obras” que registou uma diminuição de aproximadamente 26.000 EUR (cerca de 49%), e onde as outras rubricas registaram pequenas variações face ao ano anterior, conforme se pode observar no mapa seguinte.

Mapa 49 - Taxas, multas e outras penalidades - 2024/2025

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>4. Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>177 878,97</b>	<b>165 532,10</b>	<b>-6,94%</b>	<b>-12 346,87</b>
<b>Taxas</b>	<b>165 601,95</b>	<b>150 712,82</b>	<b>-8,99%</b>	<b>-14 889,13</b>
Mercados e Feiras	10 289,94	9 486,93	-7,80%	-803,01
Loteamento e Obras	55 184,78	28 314,95	-48,69%	-26 869,83
Animais	62,35	0,00	-100,00%	-62,35
Ocupação da Via Pública	11 209,03	10 736,13	-4,22%	-472,90
TMDP	2 353,75	2 408,70	2,33%	54,95
<b>Outros</b>	<b>86 502,10</b>	<b>99 766,11</b>	<b>15,33%</b>	<b>13 264,01</b>
Publicidade	64,94	63,76	-1,82%	-1,18
TGR	49 029,33	57 506,10	17,29%	8 476,77
Outras	37 407,83	42 196,25	12,80%	4 788,42
<b>Multas e outras penalidades</b>	<b>12 277,02</b>	<b>14 819,28</b>	<b>20,71%</b>	<b>2 542,26</b>
Juros de Mora	5 012,22	7 520,63	50,05%	2 508,41
Juros Compensatórios	679,50	620,65	-8,66%	-58,85
Coimas e Penalidades por Contraordenação				
Multas e Penalidades Diversas	6 585,30	6 678,00	1,41%	92,70

### RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Os rendimentos de propriedade advêm, essencialmente, da renda do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a E-Redes, SA .

Estes rendimentos apresentaram um decréscimo superior a 5.000 EUR (-1,32%) face ao período homólogo, atentas as taxas de atualização a que estão sujeitos, por força do Índice de Preços no Consumidor e outras condicionantes (como no caso da energia, os consumos de baixa tensão do período e do período homólogo), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

**Mapa 50 - Rendimentos de propriedade - 2024/2025**

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>5. Rendimentos de Propriedade</b>	<b>405 059,66</b>	<b>399 706,24</b>	<b>-1,32%</b>	<b>-5 353,42</b>
MEO, SA	2 629,44	2 629,44	0,00%	0,00
E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA	387 924,96	397 076,80	2,36%	9 151,84
Águas do Vale do Tejo, SA	14 505,26	0,00	-100,00%	-14 505,26

### 5.1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Estas transferências contemplam as Transferências de Orçamento do Estado [Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), Participação Variável no IRS (IRS), Participação na receita do IVA (IVA) e os valores respeitantes ao Art.º 35º n.º 5 da Lei 73/2013], as Transferências respeitantes a Educação, Ação Social e Saúde [descentralização de competências e não só, visto terem entrado em vigor a meados do ano de 2023], as Transferências para apoio a projetos [comparticipações de projetos cofinanciados por fundos europeus, de projetos nacionais e outros (funcionamento da CPCJ<sup>33</sup>, do GTF<sup>34</sup> e da Equipa de SF<sup>35</sup>, o apoio a projetos para o Bem-Estar Animal)] e a comparticipação de programas de emprego apoiado, conforme mapa seguinte.

Mapa 51 - Transferências correntes - 2024/2025

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>6. Transferências Correntes</b>	<b>7 034 900,22</b>	<b>7 466 406,03</b>	<b>6,13%</b>	<b>431 505,81</b>
<b>Transferências - Orçamento de Estado</b>	<b>4 927 077,32</b>	<b>5 344 448,00</b>	<b>8,47%</b>	<b>417 370,68</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 849 758,02	4 044 553,00	5,06%	194 794,98
Fundo Social Municipal	174 489,00	187 531,00	7,47%	13 042,00
Fundo Social Municipal - Adicional (n.º 1 art.º 2.º - Lei 21/2022, de 18/11)	0,00		#DIV/0!	0,00
Participação Variável no IRS	198 679,00	203 108,00	2,23%	4 429,00
Participação na Receita de IVA	90 952,08	39 321,00	-56,77%	-51 631,08
Art.º 35º n.º 5 da Lei 73/2013	613 199,22	869 935,00	41,87%	256 735,78
<b>Transferências - Educação, Saúde e Ação Social</b>	<b>1 534 138,91</b>	<b>1 623 716,00</b>	<b>5,84%</b>	<b>89 577,09</b>
Transferências no âmbito da Educação	1 128 002,00	1 203 630,00	6,70%	75 628,00
Transferências no âmbito da Saúde	196 612,91	205 714,00	4,63%	9 101,09
Transferências no âmbito da Ação Social	209 524,00	214 372,00	2,31%	4 848,00
<b>Transferências - Projetos comunitários, nacionais e outros</b>	<b>253 384,55</b>	<b>239 649,48</b>	<b>-5,42%</b>	<b>-13 735,07</b>
Comparticipação comunitária de projetos	92 833,87	118 472,73	27,62%	25 638,86
Apoio ao Funcionamento da CPCJ	11 849,52	11 849,52	0,00%	0,00
Fundo Florestal Permanente (PSF + GTF)	97 429,00	86 013,15	-11,72%	-11 415,85
Apoio a projetos para o Bem-Estar Animal (ICNF)	4 250,00	0,00	-100,00%	-4 250,00
Outras	47 022,16	23 314,08	-50,42%	-23 708,08
<b>Transferências - Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>320 299,44</b>	<b>258 592,55</b>	<b>-19,27%</b>	<b>-61 706,89</b>
Comparticipação de Programas de Emprego Apoiado	320 299,44	258 592,55	-19,27%	-61 706,89

33 Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

34 Gabinete Técnico Florestal.

35 Sapadores Florestais.

Em comparação com 2024 verifica-se um aumento nas Transferências Correntes superior a 0.4 milhões EUR (+6%). Este acréscimo justifica-se por se verificarem as seguintes oscilações na receita, quando comparado com o período homólogo:

- Aumento nas Transferências de Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS e IVA), e verbas do Art.º 35º em montante superior a 417.000 EUR (+8%), destacando-se a:
  - Aumento de cerca de 194.000 no FEF;
  - Transferência de 869.000 Euros resultantes das verbas referentes ao Art.º 35º.
- Aumento nas Transferências destinadas à Educação, Saúde e Ação Social, em montante superior a 89.000 EUR (+5,8%), verificando-se assim um aumento de:
  - Cerca de 75.000 EUR nas verbas destinadas à Educação (+6,7%);
  - Cerca de 9.000 EUR nas verbas destinadas à Saúde (+4,6%);
  - Superior a 4.800 EUR nas verbas destinadas à Ação Social (+2,3%).
- Diminuição nas transferências destinadas a apoiar a implementação e execução de projetos comunitários, nacionais e outros, atenta a:
  - Decréscimo nas transferências destinadas a apoiar o GTF e a ESF (11.415 EUR, correspondente a -11,7%);
  - Diminuição de outras transferências (23.708,08 EUR, correspondente a -50,00%);
  - Diminuição de 25.638,86 EUR (- 28%), transferências correntes recebidas destinadas à execução de projetos cofinanciados por fundos europeus.
- Aumento nas Transferências de Serviços e Fundos Autónomos destinadas a participar projetos de emprego apoiado, por parte do IEF<sup>36</sup>.

---

**36 Instituto de Emprego e Formação Profissional.**

#### **5.1.4. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**

A venda de bens e serviços correntes aumentou mais de 69.000 EUR (+5,3%). Este aumento ocorreu, essencialmente, pelos seguintes motivos:

- Aumento na venda de bens, em montante próximo dos 50.000 EUR (+8,38%) justificado por:
  - Aumento na receita com a venda de água, em montante próximo de 44.000 EUR (+ 8,6%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2025 aos consumidores finais;
  - Aumento de receita na venda de produtos alimentares e bebidas, em montante próximo dos 4.800 EUR (+6,7%), essencialmente pelo aumento verificado no número de refeições fornecidas aos alunos nas cantinas escolares, sob administração direta do Município;
- Aumento na receita com origem em serviços, em montante superior a 17.900 EUR (+2,9%) justificado por:
  - Aumento na receita respeitante ao saneamento de águas residuais, em montante superior a 23.000 EUR (+10,7%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2025 aos consumidores finais;
  - Aumento na receita respeitante à gestão de resíduos urbanos, em montante próximo dos 5.000 EUR (+1,75%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2025 aos consumidores finais;
  - Aumento da receita ocorrida na rubrica “Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto”, em montante superior a 2.100 EUR (+44,8%), resultante sobretudo aumento de ingressos vendidos nas piscinas.
  - Diminuição da receita respeitante a aluguer de espaços e equipamentos, na ordem dos 10.200 EUR, (-40,0%), essencialmente devido ao aumento de aluguer de espaços para exposição e venda em eventos realizados pelo Município;
  - Aumento da receita com serviços em cemitérios, em montante superior a 5.800 EUR (-10%), em resultado da redução na aquisição de sepulturas perpétuas;

Para melhor compreensão do exposto apresenta-se mapa comparativo das receitas arrecadadas no ano de 2024 e 2025.

**Mapa 52 - Venda de bens e serviços correntes - 2024/2025**

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>7. Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>1 375 209,56</b>	<b>1 444 244,77</b>	<b>5,32%</b>	<b>69 035,21</b>
<b>Venda de bens</b>	<b>612 405,43</b>	<b>662 459,89</b>	<b>8,38%</b>	<b>50 054,46</b>
Publicações e impressos	105,56	103,49	-1,53%	-2,07
Produtos alimentares e bebidas	78 113,56	82 998,55	6,68%	4 884,99
<b>Mercadorias</b>	<b>534 186,31</b>	<b>578 863,19</b>	<b>8,53%</b>	<b>44 676,88</b>
Água	528 095,30	572 922,73	8,64%	44 827,43
Outros	6 091,01	5 940,46	-3,10%	-150,55
Matérias de consumo	0,00	0,00	0,00%	0,00
Desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00%	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00%	0,00
Outros	0,00	494,66	0,00%	494,66
<b>Serviços</b>	<b>668 979,59</b>	<b>686 880,08</b>	<b>2,93%</b>	<b>17 900,49</b>
Aluguer de espaços e equipamentos	33 004,93	22 718,94	-40,02%	-10 285,99
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	14 565,85	16 730,10	44,83%	2 164,25
<b>Serviços específicos das autarquias</b>	<b>613 024,97</b>	<b>647 384,89</b>	<b>6,01%</b>	<b>34 359,92</b>
Saneamento	266 684,64	290 628,48	10,68%	23 943,84
Resíduos sólidos	315 673,09	320 650,76	1,75%	4 977,67
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	146,19	86,58	-13,15%	-59,61
Transportes escolares	146,19	86,58	-13,15%	-59,61
Trabalhos por conta de particulares	6 992,62	6 669,53	-6,49%	-323,09
Cemitérios	23 468,69	29 349,54	10,02%	5 880,85
Outros serviços específicos das autarquias	59,74	0,00	0,00%	-59,74
Outros serviços	8 383,84	46,15	-99,26%	-8 337,69
<b>Rendas</b>	<b>93 824,54</b>	<b>94 904,80</b>	<b>1,19%</b>	<b>1 080,26</b>
Habitacões	15 663,81	15 867,78	1,28%	203,97
Edifícios	77 488,62	78 794,64	1,80%	1 306,02
Outras	672,11	242,38	-18,48%	-429,73

### 5.1.5. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As outras receitas correntes são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende as indemnizações de seguros e outras situações pontuais. Em 2025 verifica-se um decréscimo de cerca de 41%, em montante na ordem dos 8.000 EUR, por se ter verificado nas Diversas algumas doações ao CRO e venda de sucata. Trata-se esta de uma rubrica residual e de manifesta dificuldade de previsão e na qual os valores arrecadados se revelam de pouca relevância.

Mapa 53 - Outras receitas correntes - 2024/2025

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>8. Outras receitas correntes</b>	<b>19 278,73</b>	<b>11 339,11</b>	<b>-41,18%</b>	<b>-7 939,62</b>
Indeminização de seguros	0,00	9 122,12	100,00%	9 122,12
Diversas	19 278,73	2 216,99	-88,50%	-17 061,74

**VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**
**Mapa 54 - Venda de bens de investimento - 2024/2025**

Descrição dos lotes alienados	Ano da venda	Valor total da venda	Recebimentos anteriores		Recebido em 2024		Recebido em 2025		Por receber no final de 2025
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	
<b>Zona Industrial do Alto dos Bacêlos</b>									
Lote 16-D	2020	25 000,00	15 440,00	61,76%	3 480,00	13,92%	3 480,00	13,92%	2 600,00
Art.º 324 Secção F, Art.º 36 Secção F e Art.º 128 Secção F	2023	27 200,00	5 440,00	20,00%		0,00%	21 760,00	80,00%	0,00
Olival Atrás do Bosque	2023	37 800,00	7 800,00	20,63%		0,00%	30 000,00	79,37%	0,00
Olival Atrás do Bosque e Cerca do Álamo	2023	23 000,00	4 600,00	20,00%		0,00%	18 400,00	80,00%	0,00
<b>Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada</b>									
Lote 5	2020	15 450,00	15 450,00	100,00%					
Lote 8	2020	12 000,00	12 000,00	100,00%					
<b>Zona Industrial da Cruz de Cristo</b>									
Lote 77	2020	19 250,00	19 250,00	100,00%					
<b>Loteamento Habitacional do Forno - Orada</b>									
Lote 26	2022	5 690,00	5 690,00	100,00%		0,00%		0,00%	0,00
Lotes 34 e 35	2021	14 135,00	4 240,50	30,00%					9 894,50
Lote 36	2022	7 750,00	2 325,00	30,00%	-2 325,00	-30,00%	7 750,00	100,00%	0,00
Lotes 38 e 39 (o 39 foi devolvido em 2023)	2022	16 730,00	0,00	0,00%	2 509,50	15,00%	14 220,50	85,00%	0,00
Lote 40	2021	8 365,00	2 509,50	30,00%					5 855,50
Lote 41	2017	8 365,00	8 365,00	100,00%					
Lotes 42 e 43	2019	18 499,00	18 499,00	100,00%					
<b>Rua de S. Tiago - Rio de Moinhos</b>									
Parcela de terreno para construção	2023	5 300,00	5 300,00	100,00%					
<b>Loteamento Habitacional de Rio de Moinhos</b>									
Lote 1	2019	10 075,00	7 052,50	70,00%			3022,50		0,00
Lote 2	2024	15 000,00			4 500,00	30,00%		0,00%	10 500,00
Lotes 3 e 4 (consentimento na autorização de venda)	2022	4 650,00					4 650,00		0,00
<b>S. Miguel Arcanjo - Terreno Rural</b>									
Courela de S. Miguel	2021	10 125,00	10 125,00	100,00%					
<b>Estaleiro Municipal / Oficinas Municipais</b>									
Estaleiro Municipal / Oficinas Municipais	2023	300 000,00	300000,00	100,00%					
<b>Loteamento da Cerca</b>									
Lote1.1.	2024	44 500,00			2 225,00	5,00%	42 275,00		0,00
<b>Total</b>		<b>628 884,00</b>	<b>444 086,50</b>		<b>10 389,50</b>		<b>145 558,00</b>		<b>28 850,00</b>

### 5.1.6. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Nas transferências de capital, para além das transferências do Orçamento do Estado, no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do excedente previsto no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI e das verbas PIDDAC são ainda contabilizadas as receitas provenientes das comparticipações de projetos comunitários, nacionais e outros (através de verbas do FEDER, do Fundo Ambiental ou de Outros Incentivos Financeiros).

No que respeita às Transferências do Orçamento de Estado, verificou-se um acréscimo próximo dos 278.000 EUR (+27%), bastante influenciado pelo aumento verificado no excedente distribuído para despesas de capital (por força do previsto no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI) que em 2024 se tinha apurado em cerca de 613.199 EUR e em 2025 se apurou em cerca de 869.934 EUR (um acréscimo superior a 256.000 EUR, correspondente a +42%), uma vez que o FEF de capital arrecadado apresentou uma aumento ligeiramente superior aos 21.600 EUR (+5,1%).

Relativamente às Transferências para implementação e execução de projetos comunitários, nacionais ou outros participações comunitárias de projetos cofinanciados verificou-se um decréscimo próximo dos 123.000 EUR (-46%), arrecadando-se uma receita próxima dos 143.000 EUR, atendendo à execução de projetos cofinanciados pelo FEDER e pelo PRR.

Mapa 55 - Transferências de capital - 2024/2025

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 5 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>10. Transferências de capital</b>	<b>1 307 276,08</b>	<b>1 462 613,03</b>	<b>11,88%</b>	<b>155 336,95</b>
<b>Transferências - Orçamento de Estado</b>	<b>1 040 950,21</b>	<b>1 319 329,00</b>	<b>26,74%</b>	<b>278 378,79</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	427 751,00	449 395,00	5,06%	21 644,00
Excedente (n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013)	613 199,21	869 934,00	41,87%	256 734,79
PIDDAC				
<b>Transferências - Projetos comunitários, nacionais e outros</b>	<b>266 325,87</b>	<b>143 284,03</b>	<b>-46,20%</b>	<b>-123 041,84</b>
FEDER	226 881,20	32 689,28	-85,59%	-194 191,92
PRR	39 444,67	62 251,68	57,82%	22 807,01
Outros Incentivos Financeiros	0,00	48 343,07	100,00%	48 343,07

### 5.1.7. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

As outras receitas de capital são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende situações de caráter extraordinário, sem enquadramento nas rubricas manifestamente mais utilizadas. Em 2025, a rubrica apresentou valor nulo.

Mapa 56 - Outras receitas de capital - 2024/2025

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>13. Outras receitas de capital</b>	<b>6 305,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28,52%</b>	<b>1 399,13</b>
Outras	6 305,00	0,00	28,52%	1 399,13

### 5.1.8. OUTRAS RECEITAS

As outras receitas compreendem apenas as rubricas respeitantes a Reposições não abatidas nos Pagamentos e ao Saldo da Gerência Anterior.

Quando comparado com o período homólogo verifica-se um acréscimo nas Outras Receitas superior a 448.000 EUR (-17,2%), sendo o mesmo bastante influenciado pelo Saldo da Gerência Anterior, que em 2024 se incorporou na Posse do Serviço em montante superior a 323.000 EUR e em 2025 se incorporou em cerca de 768.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 57 - Outras receitas de capital - 2024/2025

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>Outras Receitas</b>	<b>324 368,92</b>	<b>773 129,05</b>	<b>138,35%</b>	<b>448 760,13</b>
<b>15. Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>615,33</b>	<b>4 783,64</b>	<b>677,41%</b>	<b>4 168,31</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	615,33	4 783,64	677,41%	4 168,31
<b>16. Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>323 753,59</b>	<b>768 345,41</b>	<b>137,32%</b>	<b>444 591,82</b>
Saldo Orçamental na Posse do Serviço	323 753,59	768 345,41	137,32%	444 591,82

## 5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa ascendeu em 2025 a cerca de 12,2 milhões de euros, resultando numa taxa de execução de cerca de 65%.

As despesas correntes ascenderam a mais de 10,1 milhões de euros e as de capital a mais de 2,1 milhões de euros, com um peso relativo de 83% e 17%, respetivamente.

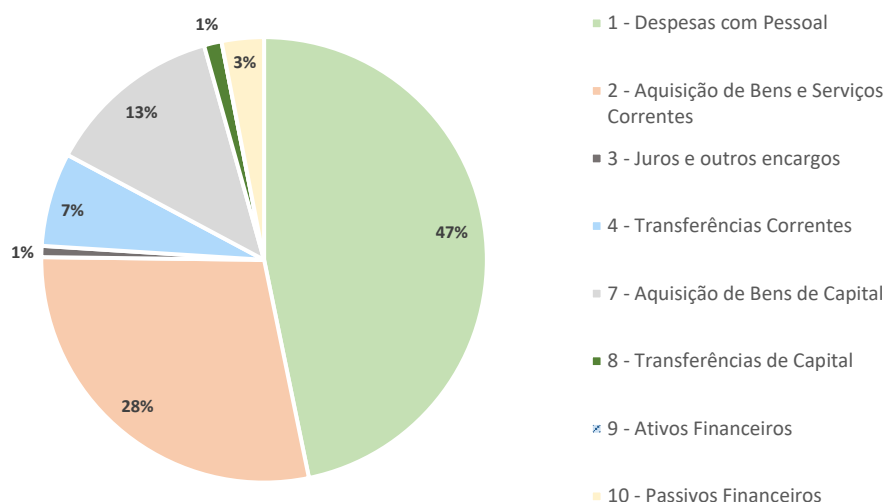
Comparativamente a 2024, verifica-se um aumento de 12%, que representa cerca de 1,3 milhões de euros, onde a despesa corrente (+ 12%), cerca de 1,1 milhões de euros, e mais 235.000 EUR nas despesas de capital (+13%).

Mapa 57 - Execução da Despesa - 2024/2025

DESCRIÇÃO	2024	2025				Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
	DESPESA PAGA	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA PAGA	TX. EXEC.	% NO TOTAL		
1 - Despesas com Pessoal	5 103 859,22	5 761 998,37	5 729 269,42	99,43%	112,33%	12,25%	625 410,20
Remunerações Certas e Permanentes	3 854 027,50	4 337 599,37	4 308 648,33	99,33%	35,12%	11,80%	454 620,83
Abonos Variáveis ou Eventuais	250 872,37	340 022,82	336 517,75	98,97%	2,74%	34,14%	85 645,38
Segurança Social	998 959,35	1 084 376,18	1 084 103,34	99,97%	8,84%	8,52%	85 143,99
2 - Aquisição de Bens e Serviços Correntes	3 048 858,66	3 586 776,03	3 481 871,40	97,08%	28,38%	14,20%	433 012,74
Aquisição de bens	1 074 926,24	1 167 500,89	1 140 697,12	97,70%	9,30%	6,12%	65 770,88
Aquisição de serviços	1 973 932,42	2 419 275,14	2 341 174,28	96,77%	19,08%	18,60%	367 241,86
3 - Juros e outros encargos	121 805,92	99 765,18	99 185,38	99,42%	0,81%	-18,57%	-22 620,54
4 - Transferências Correntes	757 651,29	837 503,33	833 441,09	99,51%	6,79%	10,00%	75 789,80
5 - Subsídios	0,00			0,00%	0,00%	0,00%	0,00
6 - Outras Despesas Correntes	19 152,27	19 840,00	19 481,52	98,19%	0,16%	1,72%	329,25
<b>TOTAL DE DESPESA CORRENTE</b>	<b>9 051 327,36</b>	<b>10 305 882,91</b>	<b>10 163 248,81</b>	<b>98,62%</b>	<b>82,84%</b>	<b>12,28%</b>	<b>1 111 921,45</b>
7 - Aquisição de Bens de Capital	1 297 432,76	7 957 450,00	1 573 738,29	19,78%	12,83%	21,30%	276 305,53
8 - Transferências de Capital	183 705,22	284 525,00	156 874,06	55,14%	1,28%	-14,61%	-26 831,16
9 - Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00
10 - Passivos Financeiros	389 615,74	375 400,00	375 392,73	100,00%	3,06%	-3,65%	-14 223,01
11 - Outras Despesas de Capital	0,00	500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00
<b>TOTAL DE DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>1 870 753,72</b>	<b>8 617 875,00</b>	<b>2 106 005,08</b>	<b>24,44%</b>	<b>17,16%</b>	<b>12,58%</b>	<b>235 251,36</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>10 922 081,08</b>	<b>18 923 757,91</b>	<b>12 269 253,89</b>	<b>64,84%</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,33%</b>	<b>1 347 172,81</b>

Em termos de repartição, as despesas com pessoal representaram mais de 47% da totalidade da despesa executada, a aquisição de bens e serviços correntes cerca de 28% e a aquisição de bens de capital cerca de 13%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

**Gráfico 11 - Repartição da Despesa - 2025**



### 5.2.1. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal apresentaram, em 2025, um aumento de 625.000 EUR relativamente a 2024 (+12,25%), ascendendo a cerca de 5,7 milhões de euros. A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se, essencialmente nas remunerações certas e permanentes (+ 454.000 EUR, representando um aumento de cerca de 11,8%), e nos abonos variáveis e eventuais que apresentam um acréscimo superior a 34.000 EUR (cerca de +34,2%).

**Mapa 58 - Despesas com pessoal - 2024/2025**

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>1 - Despesas com Pessoal</b>	<b>5 103 859,22</b>	<b>5 729 269,42</b>	<b>12,25%</b>	<b>625 410,20</b>
Remunerações Certas e Permanentes	3 854 027,50	4 308 648,33	11,80%	454 620,83
Abonos Variáveis e Eventuais	250 872,37	336 517,75	34,14%	85 645,38
Segurança Social	998 959,35	1 084 103,34	8,52%	85 143,99

### 5.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As aquisições de bens e serviços, apresentaram um acréscimo de despesa superior a 368.600 EUR (+10,59%) relativamente a 2024. Para o mesmo contribuiu a aquisição de serviços com +308.000 EUR [com especial destaque para os trabalhos especializados com um aumento de 147.000 EUR, ou seja 12% e os encargos com instalações (essencialmente energia) com um incremento superior a 68.000 EUR, ou seja +18%], já que na aquisição de bens se verifica um acréscimo próximo dos 60.000 EUR, [com especial destaque para outros bens com um incremento superior a 59.000 EUR, i.e., +34%].

**Mapa 59 - Aquisição de bens e serviços correntes - 2024/2025**

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>2 - Aquisição de bens e serviços correntes</b>	<b>3 113 266,49</b>	<b>3 481 871,40</b>	<b>10,59%</b>	<b>368 604,91</b>
<b>Aquisição de bens</b>	<b>1 080 520,32</b>	<b>1 140 697,12</b>	<b>5,28%</b>	<b>60 176,80</b>
Combustíveis e lubrificantes	157 626,54	142 101,98	-10,92%	-15 524,56
Limpeza e higiene	30 216,95	24 352,50	-24,08%	-5 864,45
Alimentação - refeições confeccionadas	5 594,08	5 317,34	-5,20%	-276,74
Alimentação - géneros por confeccionar	140 968,49	145 796,61	3,31%	4 828,12
Vestuário e artigos pessoais	19 908,55	6 614,13	-201,00%	-13 294,42
Material de escritório	15 431,75	14 734,44	-4,73%	-697,31
Produtos químicos e farmacêuticos	16 256,22	15 489,93	-4,95%	-766,29
Material de transporte - peças	15 501,71	24 253,48	36,08%	8 751,77
Outro material - peças	9 751,31	5 873,94	-66,01%	-3 877,37
Prémios, condecorações e ofertas	3 623,06	5 617,37	35,50%	1 994,31
Mercadorias para venda - Água	536 040,66	568 383,73	5,69%	32 343,07
Ferramentas e utensílios	2 466,30	1 972,16	-25,06%	-494,14
Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00%	0,00
Artigos honoríficos e de decoração	0,00	0,00	0,00%	0,00
Material de educação, cultura e recreio	12 072,20	5 531,28	-118,25%	-6 540,92
Outros bens	115 062,50	174 658,23	34,12%	59 595,73
<b>Aquisição de serviços</b>	<b>2 032 746,17</b>	<b>2 341 174,28</b>	<b>13,17%</b>	<b>308 428,11</b>
Encargos de instalações (Eletricidade e outros)	322 985,28	391 622,30	17,53%	68 637,02
Limpeza e higiene	244 764,76	231 865,17	-5,56%	-12 899,59
Conservação de bens	76 372,59	69 849,77	-9,34%	-6 522,82
Locação de Edifícios	5 389,68	5 506,08	2,11%	116,40
Locação de Outros Bens	58 813,75	131 796,96	55,38%	72 983,21
Comunicações	43 930,19	43 640,69	-0,66%	-289,50
Transportes	10 827,18	10 882,74	0,51%	55,56
Representação dos serviços	13 348,05	12 969,16	-2,92%	-378,89
Seguros	44 268,18	46 195,87	4,17%	1 927,69
Deslocações e estadas	763,20	1 799,70	57,59%	1 036,50
Formação	5 535,10	4 876,67	-13,50%	-658,43
Publicidade	0,00	0,00	0,00%	0,00
Vigilância e segurança	796,26	7 320,96	89,12%	6 524,70
Assistência técnica	39 295,62	39 723,75	1,08%	428,13
Outros trabalhos especializados	1 000 680,79	1 148 531,76	12,87%	147 850,97
Serviços de saúde	13 033,00	13 431,98	2,97%	398,98
Encargos de cobrança de receitas	32 066,95	39 050,97	17,88%	6 984,02
Outros serviços	119 875,59	142 109,75	15,65%	22 234,16

### 5.2.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os juros e outros encargos apresentam um decréscimo de cerca de 22.600 EUR (-18%) comparativamente a 2024, devido ao valor verificado nas taxas de juro de referência, uma vez que o Município assume encargos com juros, essencialmente, para dar cumprimento ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados.

Para o efeito, importa referir que a maioria dos empréstimos de médio e longo prazo contratados assumem taxas indexantes (Euribor a 6 ou a 12 meses) que se apresentaram bastante mais elevadas que em anos anteriores. Por outro lado, o empréstimo de médio e longo prazo de montante mais elevado respeita à substituição do PAEL, mas assume taxa de juro fixa (2,636%).

Os juros de locação financeira respeitam aos 2 veículos elétricos adquiridos pelo Município, com apoio do Fundo Ambiental ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública.

**Mapa 60 - Juros e outros encargos - 2024/2025**

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>3 - Juros e outros encargos</b>	<b>121 805,92</b>	<b>99 185,38</b>	<b>-18,57%</b>	<b>-22 620,54</b>
Juros da dívida pública	120 087,56	97 076,97	-19,16%	-23 010,59
Outros encargos correntes da dívida pública	8,30	0,00	-100,00%	-8,30
Juros de locação financeira	1 709,93	672,03	-60,70%	-1 037,90
Outros juros	0,13	1 436,38	99,99%	1 436,25

### 5.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, apresentaram, relativamente aos valores executados no ano anterior, um aumento na ordem dos 75.000 EUR (10%), totalizando, no ano, mais de 833.000 EUR.

As transferências para a Administração Central respeitam às verbas transferidas para o Agrupamento de Escolas de Borba, ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências do Município de Borba em matéria de Educação, e o decréscimo nas transferências efetuadas respeita ao facto de o Município ter assumido alguns contratos, sem necessidade de que os mesmos passem pelo pagamento por parte do Agrupamento de Escolas (nomeadamente respeitantes ao fornecimento de energia, de fotocopiadores e de telecomunicações).

As transferências para a Administração Local assumiram um decréscimo próximo dos 11.000 EUR.

Por outro lado, as Instituições sem fins lucrativos assumiram um acréscimo nas transferências, em montante próximo dos 136.000 EUR (+57%).

As famílias viram as transferências diminuir cerca de 50.000 EUR (-35%), verificando-se uma diminuição nas transferências com Programas Ocupacionais CEI e CEI+ (60.000 EUR) e um aumento nas Outras transferências (+10.000,00 EUR), conforme mapa seguinte.

**Mapa 61 - Transferências correntes - 2024/2025**

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>4 - Transferências correntes</b>	<b>757 651,29</b>	<b>833 441,09</b>	<b>10,00%</b>	<b>75 789,80</b>
<b>Administração Central</b>	<b>16 380,00</b>	<b>17 650,00</b>	<b>7,75%</b>	<b>1 270,00</b>
Estado	16 380,00	17 650,00	7,75%	1 270,00
<b>Administração Local</b>	<b>367 289,32</b>	<b>355 754,54</b>	<b>-3,14%</b>	<b>-11 534,78</b>
Freguesias	127 832,06	133 911,73	4,76%	6 079,67
Associações de Municípios	239 457,26	221 842,81	-7,36%	-17 614,45
Instituições sem fins lucrativos	232 282,81	368 590,25	58,68%	136 307,44
<b>Famílias</b>	<b>141 699,16</b>	<b>91 446,30</b>	<b>-35,46%</b>	<b>-50 252,86</b>
Programas Ocupacionais	118 713,34	58 017,74	-51,13%	-60 695,60
Outras	22 985,82	33 428,56	45,43%	10 442,74

#### 5.2.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Nas outras despesas correntes não existem variações anuais de identificar, sendo que o mesmo está diretamente ligado ao IVA pago no ano.

**Mapa 62 - Outras despesas correntes - 2024/2025**

Designação	2024	2025	Δ 2024/2025 %	Δ 2024/2025 €
<b>6 - Outras despesas correntes</b>	<b>19 152,27</b>	<b>19 481,52</b>	<b>1,72%</b>	<b>329,25</b>
<b>Outras</b>	<b>19 152,27</b>	<b>19 481,52</b>	<b>1,72%</b>	<b>329,25</b>
Outras restituições	0,00	0,00	0,00%	0,00
IVA pago	19 152,27	11 860,03	-38,08%	-7 292,24
Outras	0,00	7 621,49	100,00%	7 621,49

#### 5.2.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Em termos de investimento com aquisição de bens de capital, a execução atingiu um montante próximo dos 1,5 milhões de euros, que representa um acréscimo próximo de 276.000 EUR de euros (+21,3%) face a 2024.

As variações mais significativas respeitam a Investimentos em Equipamento Básico (-206.000 EUR, -58%), em Edifícios (+156.000 EUR, + 81%).

**Mapa 63 - Aquisição de bens de capital - 2024/2025**

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>7 - Aquisição de bens de capital</b>	<b>1 297 432,76</b>	<b>1 573 738,29</b>	<b>21,30%</b>	<b>276 305,53</b>
<b>Investimentos</b>	<b>838 444,61</b>	<b>932 883,28</b>	<b>11,26%</b>	<b>94 438,67</b>
Terrenos	80 000,00	130 000,00	62,50%	50 000,00
Habitações	1 001,05	22 312,36	2128,90%	21 311,31
Edifícios	193 149,29	349 852,43	81,13%	156 703,14
Construções diversas	60 653,35	39 441,79	-34,97%	-21 211,56
Material de transportes	57 898,61	103 975,05	79,58%	46 076,44
Equipamento de Informática	7 321,78	43 413,24	492,93%	36 091,46
Software Informático	9 831,54	45 356,70	361,34%	35 525,16
Equipamento administrativo	2 273,10	13 479,88	493,02%	11 206,78
Equipamento básico	354 850,53	148 339,88	-58,20%	-206 510,65
Ferramentas e utensílios	13 596,11	13 586,66	-0,07%	-9,45
Investimentos incorpóreos	56 693,59	22 140,00	-60,95%	-34 553,59
Outros investimentos	1 175,66	985,29	-16,19%	-190,37
<b>Locação financeira</b>	<b>17 151,45</b>	<b>17 978,78</b>	<b>4,82%</b>	<b>827,33</b>
<b>Bens de domínio público</b>	<b>441 836,70</b>	<b>622 876,23</b>	<b>40,97%</b>	<b>181 039,53</b>

### 5.2.7. ATIVOS FINANCEIROS

Em 2025, o Município não efetuou qualquer pagamento respeitante a ativos financeiros, uma vez que em 2021 procedeu ao pagamento da última prestação para realização do capital subscrito no FAM.

### 5.2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros apresentaram uma redução sem relevância, comparativamente com 2024, de acordo com o serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazos contratualizados, conforme mapa seguinte.

**Mapa 64 - Passivos financeiros - 2024/2025**

Designação	2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>10 - Passivos financeiros</b>	<b>389 615,74</b>	<b>375 392,73</b>	<b>-3,65%</b>	<b>-14 223,01</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazos</b>				
Amortização de Empréstimos de Médio e Longo Prazos	389 615,74	375 392,73	-3,65%	-14 223,01

### 5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais, publicado em anexo à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes brutas devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Mapa 65 - Equilíbrio orçamental – 2025

Descrição	2025
Receitas correntes cobradas brutas	10 830 649,15
Despesas correntes pagas	10 163 248,81
<b>Amortizações médias de Empréstimos de M/L Prazo</b>	<b>386 315,50</b>
<b>Despesas correntes cobras brutas + Amortizações médias EMLP</b>	<b>10 549 564,31</b>
<b>Equilíbrio Orçamental</b>	<b>281 084,84</b>
5% das Receitas Totais	659 408,09
<b>Margem</b>	<b>-378 323,25</b>

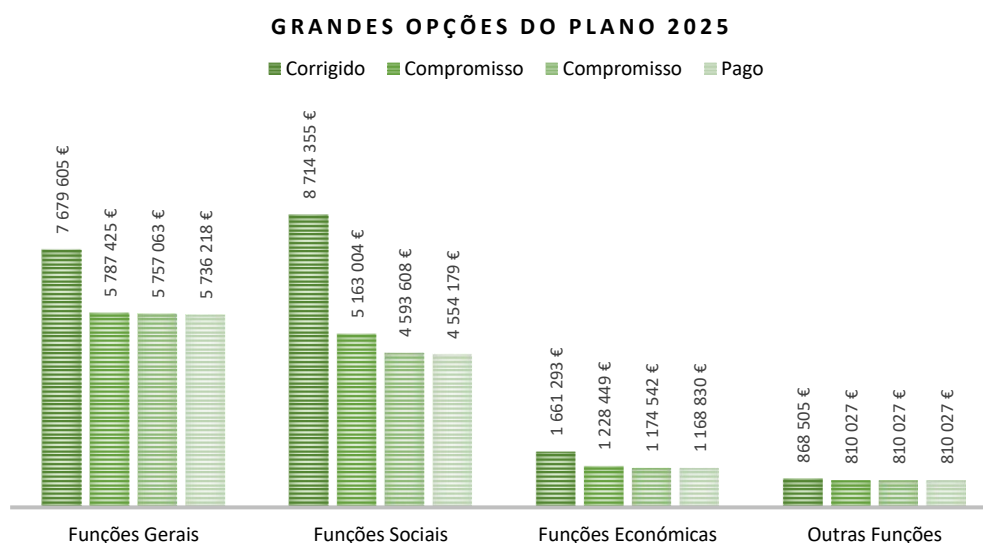
Pelo exposto, verifica-se que o Município deu cumprimento à regra, apresentando equilíbrio orçamental, em montante superior a 281.000 EUR.

#### 5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)

As Grandes Opções do Plano refletem financeiramente as atividades anteriormente descritas. Como instrumentos de gestão, as GOP estão divididas em dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais [ou Atividades Mais Relevantes (AMR)].

Em termos de execução, as GOP, no final de 2025, tinham uma previsão de despesa de 18,9 milhões de euros, dos quais foram pagos 12,2 milhões de euros

Gráfico 12 - Grandes Opções do Plano – 2025



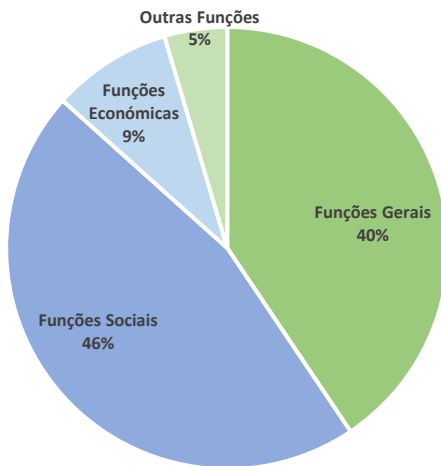
No que respeita às prioridades definidas em sede de previsão e à sua execução, verifica-se que as Funções Gerais ao longo do ano assumiram a maior fatia da despesa (45,79%), sendo as Funções Sociais as segundas maiores executoras do orçamento da despesa (com mais de 36,72% de execução da despesa), conforme tabela e gráfico seguintes.

Mapa 66 - Previsão vs. Execução das GOP – 2025

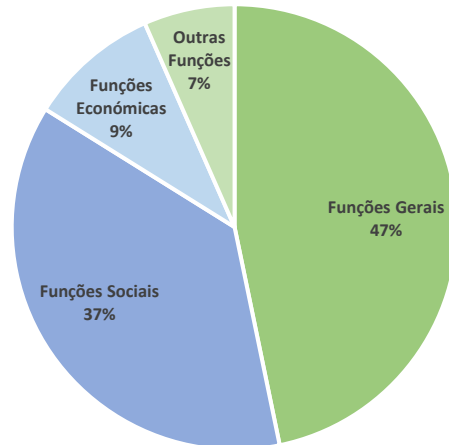
	DESCRIÇÃO	PREVISTO		PAGO	
1	Funções Gerais	7 679 604,86	40,58%	5 736 217,79	46,75%
2	Funções Sociais	8 714 355,37	46,05%	4 554 179,17	37,12%
3	Funções Económicas	1 661 292,68	8,78%	1 168 829,74	9,53%
4	Outras Funções	868 505,00	4,59%	810 027,19	6,60%
	<b>Total</b>	<b>18 923 757,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>12 269 253,89</b>	<b>100,00%</b>

Gráfico 13 - Previsão vs. Execução das GOP – 2025

Execução Prevista - 2025



Execução - 2025



### 5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelo Município de Borba. O PPI apresentou uma dotação superior a 8,6 milhões de euros, dos quais foram faturados pouco mais de 2,1 milhões e pagos na totalidade, apresentando uma taxa de execução de 24%.

As funções sociais com execução próxima dos 846.000 EUR, são as que apresentam, em valor, maior execução no plano, seguidas das outras funções (execução superior a 416.000 EUR), das funções gerais (execução próxima dos 563.000 EUR) e das funções económicas (execução superior a 280.000 EUR).

Mapa 67 - Execução do PPI - 2025

DESIGNAÇÃO	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA FATURADA	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
<b>Funções Gerais</b>	<b>2 450 683,55</b>	<b>563 301,28</b>	<b>563 301,28</b>	<b>22,99%</b>
Administração geral	902 958,55	525 843,66	525 843,66	58,24%
Proteção civil e luta contra incêndios	1 547 725,00	37 457,62	37 457,62	2,42%
<b>Funções Sociais</b>	<b>4 932 318,95</b>	<b>846 975,29</b>	<b>846 172,13</b>	<b>17,16%</b>
Ensino não superior	684 750,00	33 430,50	33 430,50	4,88%
Serviços auxiliares de ensino	401 380,00	0,00	0,00	0,00%
Serviços individuais de saúde	22 100,00	21 941,02	21 941,02	99,28%
Ação social	1 022 896,95	2 794,72	2 794,72	0,27%
Ordenamento do território	322 085,00	102 968,06	102 968,06	31,97%
Saneamento	522 950,00	167 484,45	167 484,45	32,03%
Abastecimento de água	486 800,00	165 677,72	164 882,84	33,87%
Resíduos sólidos	75 927,00	8 708,40	8 708,40	11,47%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	107 730,00	32 495,48	32 495,48	30,16%
Cultura	93 850,00	57 394,04	57 394,04	61,16%
Desporto, recreio e lazer	263 450,00	30 995,49	30 987,21	11,76%
Outros serviços culturais	928 400,00	223 085,41	223 085,41	24,03%
<b>Funções Económicas</b>	<b>760 922,50</b>	<b>280 446,96</b>	<b>280 446,96</b>	<b>36,86%</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1 800,00	1 293,37	1 293,37	71,85%
Indústria e Energia	61 882,50	57 999,24	57 999,24	93,72%
Transportes rodoviários	331 340,00	205 588,65	205 588,65	62,05%
Comércio e Turismo	312 200,00	8 972,85	8 972,85	2,87%
Outras funções económicas	53 700,00	6 592,85	6 592,85	12,28%
<b>Outras funções</b>	<b>473 950,00</b>	<b>416 084,71</b>	<b>416 084,71</b>	<b>87,79%</b>
Operações da dívida autárquica	375 400,00	375 392,73	375 392,73	100,00%
Transferências entre administrações	98 550,00	40 691,98	40 691,98	41,29%
Diversas não especificadas				
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8 617 875,00</b>	<b>2 106 808,24</b>	<b>2 106 005,08</b>	<b>24,44%</b>

### 5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)

Por sua vez, as atividades mais relevantes apresentaram uma despesa prevista superior a 10,3 milhões de euros, com uma faturação superior a 10,2 milhões de euros e uma execução superior a 10,1 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução próxima dos 98%.

As funções gerais absorveram cerca de 5,1 milhões de euros, destacando-se nesta a Administração Geral e Recursos Humanos, com assume a execução da função quase na sua totalidade.

Nas funções sociais foram investidos mais de 3,7 milhões de euros e nas funções económicas mais de 888.000 EUR, assumindo as outras funções pouco mais de 393.000 EUR de execução nas AMR no ano de 2025, conforme mapa seguinte.

Mapa 68 - Execução das AMR - 2025

DESIGNAÇÃO	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA FATURADA	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
<b>Funções Gerais</b>	<b>5 228 921,31</b>	<b>5 193 761,22</b>	<b>5 172 916,51</b>	<b>98,93%</b>
Administração geral	5 128 666,31	5 095 569,85	5 074 725,14	98,95%
Proteção civil e luta contra incêndios	100 255,00	98 191,37	98 191,37	97,94%
<b>Funções Sociais</b>	<b>3 782 036,42</b>	<b>3 746 632,21</b>	<b>3 708 007,04</b>	<b>98,04%</b>
Ensino não superior	792 435,69	788 222,29	785 063,72	99,07%
Serviços auxiliares de ensino	195 950,81	180 523,09	178 693,90	91,19%
Serviços individuais de saúde	152 085,65	151 784,49	150 885,97	99,21%
Ação social	879 956,49	878 416,96	873 886,39	99,31%
Saneamento	274 170,00	274 035,53	273 956,81	99,92%
Abastecimento de água	568 415,00	568 383,73	568 383,73	99,99%
Resíduos sólidos	230 318,64	230 304,29	215 336,02	93,49%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	46 824,02	44 701,39	43 870,96	93,69%
Cultura	188 173,56	180 374,30	177 767,32	94,47%
Desporto, recreio e lazer	453 106,56	449 295,74	439 571,82	97,01%
Outros serviços culturais	600,00	590,40	590,40	98,40%
<b>Funções Económicas</b>	<b>900 370,18</b>	<b>894 095,31</b>	<b>888 382,78</b>	<b>98,67%</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	91 017,54	90 822,07	90 369,46	99,29%
Iluminação pública	125 500,00	125 306,48	125 306,48	99,85%
Turismo	683 302,64	677 571,36	672 333,58	98,39%
Outras funções económicas	550,00	395,40	373,26	67,87%
<b>Outras funções</b>	<b>394 555,00</b>	<b>393 942,48</b>	<b>393 942,48</b>	<b>99,84%</b>
Operações da dívida autárquica	97 465,00	97 163,17	97 163,17	99,69%
Transferências entre administrações	297 090,00	296 779,31	296 779,31	99,90%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10 305 882,91</b>	<b>10 228 431,22</b>	<b>10 163 248,81</b>	<b>98,62%</b>

### 5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS

De acordo com o previsto no SNC-AP, e para efeitos de análise do período 2024-2025, apresentam-se alguns indicadores, relacionados com as taxas de execução das receitas cobradas e das despesas pagas face às corrigidas, dos diferenciais entre receitas correntes e de capital e despesas correntes e de capital, apuramento de saldos com o cálculo dos diferenciais entre receitas efetivas e despesas efetivas, bem como respeitantes à comparação entre “despesa primária”, “despesa total”, “despesa com pessoal”, “compromissos”, “obrigações”, “pagamentos de períodos anteriores” e “compromissos a transitar”.

Mapa 69 - Indicadores orçamentais - 2024/2025

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	88,14%	94,66%	91,88%	69,69%
Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	83,71%	91,94%	85,84%	64,84%
Receita corrente líquida - Despesa corrente	583 666 €	402 508 €	990 760 €	667 400 €
Receita de capital - Despesa de capital	-685 392 €	-566 420 €	-157 167 €	-146 229 €
Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	1 078 955 €	888 677 €	768 345 €	918 908 €
Receita efetiva - Despesa efetiva	975 039 €	792 304 €	402 689 €	-8 769 947 €
Despesa primária / Despesa total	94,87%	95,48%	95,32%	96,13%
Despesa c/pessoal / Despesa primária	50,28%	47,16%	49,03%	48,58%
Despesa c/pessoal / Despesa total	47,70%	45,03%	49,03%	48,58%
Compromissos /Dotações corrigidas	87,42%	97,12%	93,53%	68,64%
Obrigações /Compromissos	96,57%	961,25%	92,50%	94,97%
Pagamentos períodos anteriores / Despesa por pagar de períodos anteriores	87,47%	22,23%	99,17%	99,76%
Pagamentos no período / Obrigações	99,15%	98,48%	99,22%	99,47%
Compromissos a transitar / Compromissos	3,43%	4,41%	7,50%	5,03%

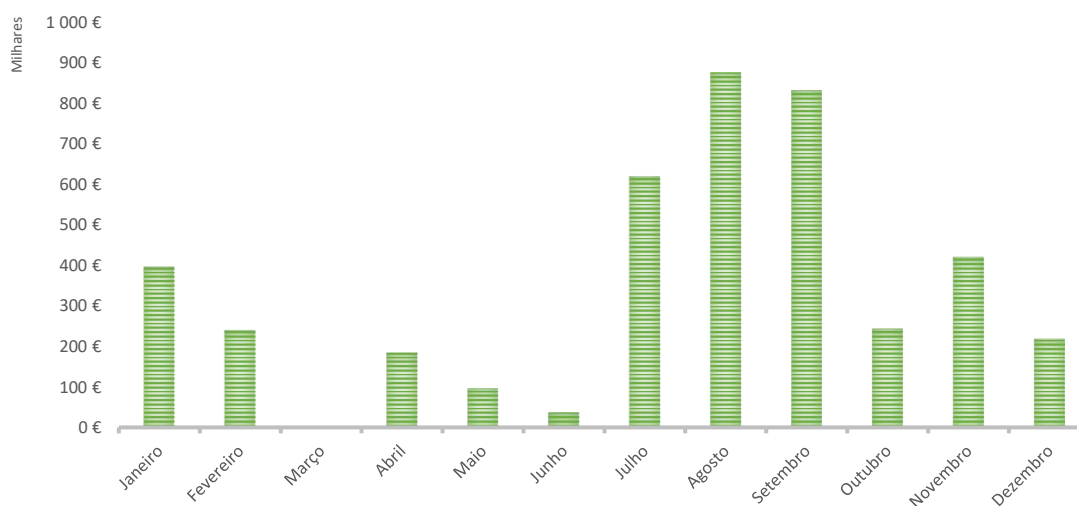
## VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Esta lei impõe assim limites à gestão municipal, impossibilitando a assunção de novos compromissos no caso de não existirem fundos disponíveis. A Câmara Municipal de Borba não aprovou, nos termos do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Caso o tivesse efetuado, por força do disposto no n.º 5<sup>37</sup> do artigo 62.º da LOE 2024<sup>38</sup>, mantinha essa exclusão<sup>39</sup> no ano de 2024.

No entanto, apesar disso, o n.º 6<sup>40</sup> do artigo 62.º da LOE 2024 exclui o âmbito da aplicação da lei para os municípios que cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, como é o caso do Município de Borba. Independentemente do referido, os serviços municipais continuaram a calcular os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, mantendo valores positivos de fundos, conforme se demonstra nos apuramentos mensais, que se apresentam no gráfico seguinte.

Gráfico 14 - Fundos Disponíveis – 2025



**37** "As autarquias locais que, em 2023, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2023, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro."

**38** Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2024, aprovado pela Lei n.º 24-D/2023, de 30 de dezembro.

**39** "salvo se, em 31 de dezembro de 2023, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro."

**40** "São excluídas do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as autarquias locais que, a 31 de dezembro de 2023, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ficando dispensadas do envio do mapa dos fundos disponíveis através da plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL, mantendo-se a obrigatoriedade de reporte dos pagamentos em atraso."

Nos termos do n.º 1<sup>41</sup> do artigo 63.º do LOE 2024<sup>42</sup>, até ao final do ano de 2024, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2023, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), o que se verificou, uma vez que o Município não detinha qualquer pagamento em atraso no final de setembro de 2023, nem no final de dezembro de 2024, conforme se apresenta no mapa seguinte.

**Mapa 70 - Redução dos pagamentos em atraso – 2025**

DESCRIÇÃO	VALOR
<b>Pagamentos em atraso em 30/09/2023</b>	<b>0,00</b>
Valor a Reduzir = 10% dos pagamentos em atraso a 30/09/2023	0,00
Objetivo para 31/12/2025	0,00
<b>Pagamentos em atraso a 31/12/2025</b>	<b>0,00</b>
<b>CUMPRIMENTO</b>	

<sup>41</sup> "Até ao final de 2024, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados na plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL à data de setembro de 2023, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto."

<sup>42</sup> Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2024, aprovado pela Lei n.º 24-D/2023, de 30 de dezembro.

## VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão no Município de Borba encontra-se numa fase de implementação em que ainda é necessário proceder a trabalhos de ajustes e melhorias, tanto ao nível do apuramento dos gastos como dos rendimentos das diversas atividades do município.

A norma de contabilidade publica 27 do SNC-AP dispõe que a contabilidade de gestão destina -se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- a) No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- b) Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- c) Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- d) No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- e) Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- f) Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

Este apuramento confirma que, efetivamente, o Município ainda tem que trabalhar adequadamente a contabilidade de gestão, uma vez que nem todas as despesas estão a ser devidamente correspondidas com contas na contabilidade analítica, o que prejudica o apuramento e análise correta.

Para efeitos de complemento à informação anterior importa ainda atender que as GOP, embora respeitem à execução orçamental (e não aos gastos propriamente ditos) são um importante indicador a levar em linha de conta neste aspeto, uma vez que nos indicam a execução por funções.

Assim, no mapa seguinte, apresenta-se a execução das GOP, por funções, nos anos de 2024 e 2025, de forma a ser possível espelhar uma comparação racional entre ambos os períodos.

A execução por funções, nas GOP, em 2025 cifrou-se em cerca de 12,2 milhões de euros, distribuídos pelas quatro funções existentes em termos de classificação funcional. A variação comparativamente ao período homólogo consiste num aumento de 1,3 milhões de euros (+12%).

Em 2025, as funções gerais foram as que apresentaram maior despesa, com execução próxima dos 5,7 milhões de euros, assumindo um aumento superior a 14%, i.e., mais de 700.000 EUR face a 2024.

As funções sociais foram as segundas com maior importância, na execução em montante, apresentando em 2025, uma execução superior a 4,5 milhões de euros, com um aumento, face ao período homólogo, próxima dos 543.000 EUR (+13,6%).

As funções económicas apresentaram, no período, a terceira maior execução em montante, cabendo-lhe, em 2025, uma execução próxima superior a 1,1 milhões de euros, representando um acréscimo, face a 2024 superior a 114.000 EUR (+10,8%).

As outras funções assumiram a última execução, em valor, cabendo-lhe, em 2025, execução próxima de 810.000 EUR, com uma diminuição, face ao período homólogo, de 5,3%, conforme mapa seguinte.

**Mapa 71 - Execução das GOP por função 2024/2025**

FUNÇÃO / OBJETIVO		2024	2025	$\Delta$ 2024/2025 %	$\Delta$ 2024/2025 €
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>5 001 674,87</b>	<b>5 736 217,79</b>	<b>14,69%</b>	<b>734 542,92</b>
1.1.	Serviços gerais de administração pública	4 891 629,65	5 600 568,80	14,49%	708 939,15
1.1.1.	Administração geral	4 891 629,65	5 600 568,80	14,49%	708 939,15
1.2.	Segurança e ordem públicas	110 045,22	135 648,99	23,27%	25 603,77
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	110 045,22	135 648,99	23,27%	25 603,77
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>4 010 523,63</b>	<b>4 554 179,17</b>	<b>13,56%</b>	<b>543 655,54</b>
2.1.	Educação	949 532,69	997 188,12	5,02%	47 655,43
2.1.1.	Ensino não superior	809 125,26	818 494,22	1,16%	9 368,96
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	140 407,43	178 693,90	27,27%	38 286,47
2.2.	Saúde	122 554,14	172 826,99	41,02%	50 272,85
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	122 554,14	172 826,99	41,02%	50 272,85
2.3.	Segurança e Ação Social	811 549,71	876 681,11	8,03%	65 131,40
2.3.2.	Ação social	811 549,71	876 681,11	8,03%	65 131,40
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1 334 857,35	1 578 086,75	18,22%	243 229,40
2.4.2.	Ordenamento do território	56 352,63	102 968,06	82,72%	46 615,43
2.4.3.	Saneamento	350 765,38	441 441,26	25,85%	90 675,88
2.4.4.	Abastecimento de água	628 173,97	733 266,57	16,73%	105 092,60
2.4.5.	Resíduos sólidos	269 649,19	224 044,42	-16,91%	-45 604,77
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	29 916,18	76 366,44	155,27%	46 450,26
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	792 029,74	929 396,20	17,34%	137 366,46
2.5.1.	Cultura	327 071,77	235 161,36	-28,10%	-91 910,41
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	348 667,79	470 559,03	34,96%	121 891,24
2.5.3.	Outras serviços culturais	116 290,18	223 675,81	92,34%	107 385,63
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>1 054 674,87</b>	<b>1 168 829,74</b>	<b>10,82%</b>	<b>114 154,87</b>
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	93 804,67	91 662,83	-2,28%	-2 141,84
3.2.	Indústria e energia	179 140,56	183 305,72	2,33%	4 165,16
3.3.	Transportes e comunicações	249 007,03	205 588,65	-17,44%	-43 418,38
3.3.1.	Transportes rodoviários	249 007,03	205 588,65	-17,44%	-43 418,38
3.4.	Comércio e turismo	527 118,16	681 306,43	29,25%	154 188,27
3.4.1.	Mercados e feiras	7 081,48	8 972,85	26,71%	1 891,37
3.4.2.	Turismo	520 036,68	672 333,58	29,29%	152 296,90
3.5.	Outras funções económicas	5 604,45	6 966,11	24,30%	1 361,66
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>855 207,71</b>	<b>810 027,19</b>	<b>-5,28%</b>	<b>-45 180,52</b>
4.1.	Operações da dívida autárquica	509 711,73	472 555,90	-7,29%	-37 155,83
4.2.	Transferências entre administrações	345 495,98	337 471,29	-2,32%	-8 024,69
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>10 922 081,08</b>	<b>12 269 253,89</b>	<b>12,33%</b>	<b>1 347 172,81</b>

## **VIII. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam naquela data, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à mesma data com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Relativamente ao exercício de 2025 não se verificaram quaisquer ocorrências suscetíveis de relato.

## **IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2025, no montante de **-1.324.944,02** EUR, seja transferido para a conta “561 - Resultados Transitados - períodos anteriores”, nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.